

EXTRA

CLASSE-ORG-BR

ANO 26 | Nº 258 | OUTUBRO DE 2021

25
Anos

ENTREVISTA

Pierpaolo Cruz Bottini
explica onde termina a liberdade
de expressão e onde começam
os crimes contra a liberdade
p.04



Foto: Marcelo Menna Barreto

ESPECIAL

A linguagem tem
sido alvo de debate
no que se refere
à neutralidade
de gênero, inclusão
e adequações
do idioma para
contemplar diferentes
tipos de orientação
sexual e gênero
e evitar preconceitos
p.14

A gramática da inclusão

Nesta edição:

AMBIENTE

Rios gaúchos sofrem com
agrotóxicos e outros tipos
de contaminação

p.08



Foto: Sérgio Lourenço / PNA

MOVIMENTO

Alta da inflação força
demanda por ações
de combate à fome

p.12



Foto: Mariana Rauber

04 ENTREVISTA

Pierpaolo Cruz Bottini analisa os ataques à democracia sob os argumentos da liberdade de expressão

08 AMBIENTE

Segunda reportagem da série que expõe os principais problemas dos rios gaúchos

11 WEISSHEIMER

O normal que não é normal, o governo não governa e a orientação desorienta

12 MOVIMENTO

Inflação pressiona a demanda das comunidades carentes por doações de cestas básicas

14 ESPECIAL

O debate sobre neutralidade de gênero, inclusão e adequações do idioma para evitar preconceitos

18 ENSINO PRIVADO

Prêmio Educação RS, comemorações do Mês do Professor e as principais notícias da educação privada

22 ROLIM

A degradação da democracia sob a alegada defesa da liberdade por grupos de extrema-direita

23 ARTE +

A Feira do Livro de Porto Alegre neste ano será híbrida, e projeto com crianças busca novos leitores

EDITORIAL

Linguagem neutra, gramática inclusiva e águas contaminadas

Nesta edição, o *Jornal Extra Classe* aborda em sua matéria de capa um tema tão delicado quanto controverso e que já chegou nas salas de aula, nas redações e nas instâncias formais da sociedade organizada. Trata-se do uso da linguagem inclusiva e neutra para incluir quem busca entender seu lugar no mundo por meio do vocabulário e da língua portuguesa. O que é modismo e o que é legítimo neste debate? Para o pesquisador Richard Miskolci, um dos precursores em pesquisas relacionadas à Teoria Queer na academia brasileira, o que pode se revelar um modismo é a autoclassificação como "não binário". Segundo ele, trata-se de algo muito recente e que precisa ser estudado para averiguar se não se configura como uma classificação de um segmento da cultura jovem contemporânea. Autoclassificar-se como isso ou aquilo no que se refere ao gênero expressa tanto insatisfação com a identidade atribuída socialmente à pessoa, como a expectativa de deter o poder sobre o gênero, como se gênero fosse algo que alguém tem e não o resultado de regimes regulatórios, em que o gênero é sempre atribuído a nós pelos outros, pela sociedade, pelo aparato médico-legal, por exemplo. A filósofa Atena Beauvoir, a cartunista Laerte Coutinho, o linguista Sírio Possenti e o autor do *Manual ampliado da linguagem inclusiva*, o jornalista André Fischer, falam a respeito.

AMBIENTE – Na área de meio ambiente, apresentamos a segunda reportagem da série sobre os rios gaúchos. Há municípios do estado com zero de tratamento de esgoto. É o caso, entre tantos outros, de Santo Antônio da Patrulha, que não possui plano municipal de saneamento básico. De acordo com a edição 2021 do Ranking do Saneamento, o Rio Grande do Sul está ainda mais distante das metas de universalização do saneamento básico. Outro problema é o uso de venenos em larga escala em plantações, principalmente na orizicultura, que têm causado danos em áreas de preservação ambiental, além de agravar a poluição dos rios. Em paralelo a isso, um pioneiro estudo, desenvolvido na Universidade Feevale, vem analisando, desde maio deste ano, amostras de água coletadas em estações de esgoto em Porto Alegre e Região Metropolitana. O objetivo é intensificar a vigilância epidemiológica do coronavírus em efluentes e mananciais e dar suporte às autoridades de saúde, ao longo da pandemia. Já Rafael José Altenhofen, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Caí e também um dos coordenadores da oscip União Protetora do Ambiente Natural (Upan), evita o discurso das "águas arrasadas". A tendência, com esse tipo de abordagem, argumenta Altenhofen, é afastar, cada vez mais, a população do centro da discussão. Conforme ele, houve avanços na legislação e é necessário "envolver a população nos debates e tomadas de decisões quanto aos corpos hídricos estaduais".

E ainda: Arte mais, Ensino Privado, a análise de política de Marco Weissheimer, a coluna de Marcos Rolim, as crônicas de Verissimo e Fraga, a charge de Santiago, os quadrinhos de Edgar Vasques e Rafael Corrêa. Boa leitura!



EXTRA
CLASSE-ORG-BR

REDAÇÃO: extraclasse@sinprors.org.br

Editores-chefe: Valéria Ochôa

Editores Executivos: César Fraga e Valéria Ochôa

Editor de fotografia: Igor Sperotto

Redação: César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Colaboradores: Adriana Lampert, Cristiano Bastos, Lelei Teixeira e Marcelo Menna Barreto

Colunistas: Luis Fernando Verissimo, José Fraga, Marco Aurélio Weissheimer e Marcos Rolim

Diagramação e Arte: Fabio Edy Alves/Bold Comunicação

Projeto Gráfico: Bold Comunicação e D3 Comunicação

Ilustração: Rafael Sica e Ricardo Machado

Charge/Cartum: Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago

Revisão: Press Revisão

Comercialização: 51. 4009.2981 e 51. 99702.7283
extraclasse@sinprors.org.br

Impressão: Zero Hora

Tiragem desta edição: 25 mil exemplares

Telefones da Redação: 51. 4009.2980/2982/2983/2985

* O conteúdo dos artigos de opinião e matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee
Av. João Pessoa, 919 | CEP 90.040-000 | Porto Alegre | RS | Fone 51. 4009.2900

[extraclasse.org.br](https://www.extraclasse.org.br) fb.com/jornalextraclass instagram.com/jornalextraclass

366 greves em apenas meio ano

SANTIAGO

Enquanto setores da mídia comercial, que se autodefiniu como “imprensa profissional”, entre tapas e beijos com o governo federal, ora destacam as “necessárias reformas” – nas pautas de interesse dos donos das empresas jornalísticas –, ora mostram o cenário de crise econômica e de recessão, mas sempre com viés no “empreendedorismo” dos que, sem trabalho, inventam o próprio emprego, pra mascarar os efeitos das reformas e simplesmente omitem as demandas de sindicatos e trabalhadores. Por exemplo, o grande número de greves ocorridas neste ano. Segundo o Sistema de Acompanhamento de Greves do Dieese (SAG), foram realizadas, no primeiro semestre de 2021, 366 greves. A maioria (69%) ocorreu no setor privado, sobretudo nos transportes (148 greves), envolvendo majoritariamente rodoviários/as dos coletivos urbanos. Entre as paralisações do funcionalismo público (80 greves, ou 22%), destacam-se as dos/as servidores/as das redes estaduais e municipais de educação (28).



Foto: Sindbancários-SP/Divulgação

Servidores públicos e bancários paralisaram contra a PEC 32

Perdas acumuladas

De acordo com o Dieese, as greves por reajuste de salários, que, em abril, foram mencionadas em apenas 4% das paralisações, voltaram a se destacar em junho, ocupando quase 16,1% das pautas. Estão presentes principalmente no serviço público e denunciavam perdas inflacionárias que se acumulam há anos e que, com a discussão de projetos de reformas administrativas, podem deixar de ser corrigidas, transformando-se em definitivo arrocho salarial.

Desligamentos de trabalhadores por morte no primeiro semestre mais do que dobraram em 2021

No primeiro semestre deste ano, o número de desligamentos de vínculos celetistas devido à morte de trabalhadores mais do que dobrou (+108,2%) na indústria de transformação, na comparação com o mesmo período de 2020. Foram 10.429 desligamentos por morte nos primeiros seis meses de 2021, diante de 5.010 no ano passado. Entre os segmentos da indústria, em termos relativos, a fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos foi a que teve mais vínculos encerrados por morte (182,4%), seguida pela fabricação de produtos de madeira (172,6%). Em números absolutos, a fabricação de produtos alimentícios foi o segmento mais afetado (2.497 desligamentos por morte).



Verdades e mitos sobre a pressão inflacionária

O Dieese elencou os fatores que geram a tão falada “pressão inflacionária” na economia brasileira. Conforme documento produzido pelos técnicos e economistas, ela decorre de condicionantes conjunturais e decisões da política econômica do governo federal. “Entretanto, nenhum desses determinantes guarda relação com elevação ou excesso de gastos públicos derivados de uma política monetária e fiscal expansionista ou aumento da demanda, como propagandeiam os analistas de mercado”, diz o documento. O aumento do nível geral de preços é, antes de tudo, um fenômeno mundial, que ganhou ímpeto a partir do segundo semestre de 2020. Trata-se de um movimento associado basicamente: à expressiva elevação na cotação das commodities no mercado internacional (que, contudo, desacelera desde maio deste ano); ao aparecimento de pontos de estrangulamento nas cadeias produtivas globais, decorrentes dos efeitos da pandemia, como a falta de semicondutores para a indústria automotiva (problemas que tendem a perder impulso com o progresso da vacinação em escala global); e à estiagem prolongada, que limita o desempenho da agropecuária e esvazia os reservatórios de água.

No Brasil, esses choques sobre o nível geral de preços foram amplificados pela política econômica desastrosa do governo: a política cambial, que permitiu forte des-

valorização especulativa do real diante do dólar (mesmo com confortável situação do balanço de pagamentos); ausência de política de estoques reguladores para evitar escassez na oferta interna de produtos agrícolas; subordinação da política de preços da Petrobras à geração de lucros e dividendos para os acionistas, nacionais e estrangeiros; falta de política de administração da crise energética, que permitiu o desabastecimento dos reservatórios das principais hidrelétricas e colocou no radar um risco real de apagões.



Preços do gás e da gasolina ajudaram a puxar a inflação

Entre a liberdade de expressão e os crimes contra a liberdade



Foto: Marcelo Menna Barreto

por Marcelo Menna Barreto

O advogado Pierpaolo Cruz Bottini é listado por seus pares como um dos maiores conhecedores na área do direito sobre liberdade de expressão. Não é à toa que preside a Comissão Especial da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) criada na gestão do atual presidente, Felipe Santa Cruz. Professor livre docente do Departamento de Direito Penal, Criminologia e Medicina Forense da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), ele é doutor em Direito e coordena o curso de Direito Penal do Instituto de Direito Público (IDP) em Brasília, DF.

Secretário de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça (2005-2007) e à frente do Departamento de Modernização Judiciária do mesmo ministério (2003-2005), então comandado pelo ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, Bottini, ainda bem jovem, já integrava o ranking dos advogados mais poderosos e conceituados do país, ao lado de seu mentor.

Bottini, que já afirmou que "tratar de afronta à liberdade de expressão no Brasil é um pouco tratar da história do Brasil", diz que o país passa por uma crise política sem precedentes e que, ao contrário do que muito se fala em algumas rodas, o Supremo Tribunal Federal (STF) tem agido de forma correta no combate aos radicais que, em seu entendimento, buscam afrontar e desacreditar as instituições.

EC - Como diria um ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), estamos vivendo tempos estranhos. Lideranças políticas e uma parte da população pedem intervenção militar ao mesmo tempo que clamam por liberdade de expressão. Como o senhor vê isso?

Pierpaolo Cruz Bottini – Essa é uma boa pergunta. Mas, na verdade, o que a gente tem não são pessoas pedindo por liberdade de expressão. Na verdade, o que querem é a não responsabilização por uma demanda por menos democracia, uma demanda por calar os demais. Uma demanda de violência, de agressividade. Esse paradoxo é apenas aparente. Essas pessoas não querem liberdade; querem, sim, manter os canais e a impunidade para que elas possam defender um projeto de arbítrio, um projeto de restrição de liberdade de expressão, um projeto de violência contra o diferente.

EC – Ok. Mas, aí você fala das lideranças que a gente sabe bem quem são. Agora, essas lideranças colocaram pessoas nas ruas e não dá para dizer que todas estão totalmente mancomunadas com essas ideias, não é?

Pierpaolo – Não, mas, na verdade, veja, isso não é nenhuma novidade na história do mundo. Hitler teve amplo apoio popular, Mussolini teve apoio popular. Inúmeros líderes e tiranos tiveram apoio popular. A ditadura de 1964 teve apoio popular! Isso não significa que todas essas pessoas sejam mal-intencionadas. São pessoas que não param para perceber que a pauta que elas “defendem” é uma pauta que, muito em breve, vai se voltar contra elas mesmas. O Mussolini, a burguesia italiana dita esclarecida apoiou e, em pouco tempo, foi prejudicada por ele. Na ditadura de 1964, o Lacerda apoiou o golpe e, em pouco tempo, foi cassado. Então, são pessoas que até podem ser bem-intencionadas, mas não percebem que esse tipo de projeto é um projeto que as prejudica também.

EC – Foi bom você ter falado do Mussolini. Ele é o exemplo de um líder de extrema-direita que ia esticando a corda e não dava

certo. Ia esticando a corda e fracassava. Até um dia que deu certo. Guardando as devidas proporções, não parece um pouco o morde-e-assopra que temos visto no Bolsonaro? Não corremos algum perigo?

Pierpaolo – É difícil prever. Mas, historicamente, a gente nunca teve no Brasil um autogolpe que tenha sido dado diante de um período de grande recessão econômica e de inflação. Quando você teve o autogolpe de 1937 e o autogolpe de 1968, o Brasil estava passando por um momento econômico muito bom. Isso legitimou o endurecimento dos regimes. O Brasil não está passando por um momento muito bom. A gente não está passando por um milagre econômico. Então, as condições históricas – pelo menos nacionais – para um autogolpe não parecem presentes.

EC – Você falou ser difícil de prever. Ninguém em sã consciência previa que Bolsonaro seria eleito presidente do Brasil.

Pierpaolo – Claro, no Brasil tudo pode acontecer. Como dizia aí o Malan (*Pedro Malan, ex-ministro da Fazenda de Fernando Henrique Cardoso*), “no Brasil até o passado é incerto”. Então, não se pode fazer prognósticos claros, mas, numa perspectiva histórica, as condições não estão presentes, nem apoio popular em massa. Eu vejo riscos de confusões, riscos de violência. Mas ainda não vejo condições de uma ruptura institucional. Mas estou frisando o ainda, certo?

EC – O senhor já afirmou que “tratar de afronta à liberdade de expressão no Brasil é um pouco tratar da história do Brasil”. Pode recorrer um pouco sobre isso?

Pierpaolo – Todos os governos do Brasil tiveram incômodos e desconfortos com a liberdade de expressão. Em maior ou em menor grau. Isso é até natural porque se um governo não tem desconforto com a mídia, é porque a mídia não está cumprindo o seu papel. O que acontece é que você vê em alguns momentos algo além desse desconforto. Você vê projetos estruturais de censura, de rompimento com a mídia. Desde os tempos da Independência. O José Bonifácio

de Andrada (*patriarca da Independência*) tinha envolvimento com o “empastelamento” de jornais; dizem que ele teve envolvimento com a morte do Líbero Badaró. Aí a gente vai para a República, com o Floriano Peixoto, que defendia o “arcabuzamento” daqueles que tinham escritos sediciosos; o Arthur Bernardes, que viveu em Estado de Sítio por todo o seu mandato. Isso para não falar do período conhecido do Getúlio Vargas, o da recente ditadura. Então, tivemos na história inúmeros momentos. Aliás, acho que é o Eugênio Bucci quem diz que no Brasil a censura chegou antes da imprensa, porque, quando Dom João VI chegou ao Brasil, fez um decreto de censura e só seis meses depois é que teve um jornal impresso. Infelizmente, a gente tem um convívio histórico com cerceamento da liberdade de expressão.

EC – Veio a Constituição de 1988, então.

Pierpaolo – A Constituição Federal de 1988 já fez um pacto com a liberdade. Ela deixou muito clara a defesa da liberdade de expressão. Ela proibiu expressamente a censura, ela garantiu o direito de sigilo de fonte para os jornalistas profissionais e assim por diante. Agora, a gente precisa ficar alerta e atento para manter esses direitos constitucionais e impedir que eles sejam aos poucos relativizados ou suprimidos. Essa é a batalha que a gente precisa travar.

EC – Na sua opinião, existem ou devem existir limites para a liberdade de expressão?

Pierpaolo – Já existem. A nossa própria Constituição já coloca um limite. A liberdade de expressão está sempre em relação ao outro. Então, veja, você tem um primeiro limite que é a honra. Você não pode caluniar, você não pode injuriar, você não pode difamar o outro. Mas – lembrando que isso não se confunde com a crítica ácida, mordaz – você já tem crimes já descritos no Código Penal contra a honra. Fora disso, você pode defender a ideia que quiser, defender o pensamento que quiser. Desde que isso não implique em violência ou grave ameaça de violência a pessoas, a grupos, a etnias, a religiões, orientações sexuais. En-

tão, o limite da liberdade de expressão é a violência ou ameaça. Assim, se eu quero defender uma proposta absurda, uma proposta pouco inteligente, eu posso. Eu tenho o direito de defender. Eu entendo que no Brasil, assim como nos Estados Unidos, eu posso queimar a minha bandeira, eu posso falar contra a pátria, eu posso vociferar contra os governantes de plantão. Tudo isso é possível. O que eu não posso é incitar a violência. O que eu não posso é ameaçar o uso. Então, quando um político vem e diz “eu defendo o fechamento do Congresso Nacional”, eu, particularmente, não vejo problema nisso. Agora, quando ele diz “vamos entrar no Congresso e pegar os parlamentares na porrada”, como um deles falou ou como o Roberto Jefferson falou, “vamos entrar no Supremo e dar um pescoção nos ministros”, aí ultrapassa. Aí eu vou para a violência ou grave ameaça. Este é o limite da liberdade de expressão.

EC – Uma expressão que li por aí me chamou muito atenção: “Nossa democracia começou a morrer quando, na tribuna da Câmara, um deputado federal homenageou Ustra e não saiu de lá algemado”. O que me diz?

Pierpaolo – Eu acho que quando você homenageia o Ustra, você está afetando a honra e a dignidade de todas aquelas pessoas que foram torturadas. O que se está fazendo, na verdade, é uma apologia ao crime. Apologia ao crime também é crime. Você não está homenageando uma pessoa. Porque homenagear uma pessoa simplesmente não é um problema. Agora, quando você está homenageando as torturas que aquela pessoa fez, os crimes que aquela pessoa praticou, você está fazendo apologia ao crime. Está dizendo que aqueles crimes têm que ser repetidos. Aí, você incide em outro dispositivo do Código Penal.

EC – Pois é, o deputado em questão atualmente preside o Brasil. Durante todo o período em que esteve na Câmara, ele usou e abusou do artigo 53 da nossa Constituição que diz que deputados e senadores “são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer

ENTREVISTA

de suas opiniões, palavras e votos, proferidos no exercício de suas funções ou em razão delas". Sobre isso, o que teria a nos dizer?

Pierpaolo – Acho que aqui a gente tem uma falha no funcionamento do nosso próprio Poder Legislativo. Porque ele tem uma inviolabilidade civil e criminal, mas ele não tem uma inviolabilidade do decoro parlamentar. Esse tipo de comportamento é um comportamento que viola o decoro parlamentar e pode, sim, levar à cassação de um mandato. Veja, realmente, eu tenho uma dificuldade de imputar uma responsabilidade civil e criminal, por conta da inviolabilidade, mas eu posso buscar a responsabilização politicamente. Nesses casos, a casa parlamentar que foi ofendida, que é uma casa que deve defender a democracia e o Estado de Direito, no meu ponto de vista, falhou. Porque deveria efetivamente ter submetido essas declarações ao crivo da casa parlamentar sobre o ponto de vista da ética e do decoro parlamentar.

EC – Então, muito se questionaram as manifestações de Bolsonaro na tribuna. Ele foi do elogio à cavalaria americana por ter exterminado indígenas no século 19 até a famosa afirmação de que não estupraria a deputada Maria do Rosário (PT-RS) porque, na opinião dele, ela seria feia. Uma atitude mais forte com o então deputado não seria necessária?

Pierpaolo – Sim! Mais uma vez, digo e entendo que aqui se tem uma quebra de decoro parlamentar. Mas o que mais me causa an-

gústia é que não só ele não sofreu nenhum tipo de admoestação do ponto de vista parlamentar, como ele se candidatou à presidência da República e ganhou falando esse tipo de coisa. Então, isso mostra, mais do que uma pessoa de caráter complicado, uma população que de certa forma tem uma série de, do meu ponto de vista, visões distorcidas de valores, de como funciona o mundo. Então, a nossa sociedade, seja por que razão for, adoeceu quando ela homologou, endossou esse tipo de discurso que ele (*Bolsonaro*) não deixou de fazer. A gente não está falando de alguém que se propôs a ser uma pessoa moderada ou que rompeu com essas expressões ou pensamentos do passado. Foi uma pessoa que manteve esses pensamentos e foi eleito. Isso foi homologado. Isso é muito mais grave e preocupante do que o fato de, lá atrás, o Poder Legislativo não ter tomado as providências que deveria ter tomado.

EC – Você foi secretário para a Reforma do Judiciário durante a gestão do então ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Hoje, muitos elogiam a ação institucional do STF para coibir os arroubos autoritários que estão ameaçando a nossa democracia. Por outro lado, há quem veja que, nesse combate, o próprio STF estaria de alguma forma agindo de forma autoritária, prendendo quando não deveria, tolhendo o que acreditam ser liberdade de expressão. Em geral, qual é a sua avaliação?

Pierpaolo – Eu acho que o Su-

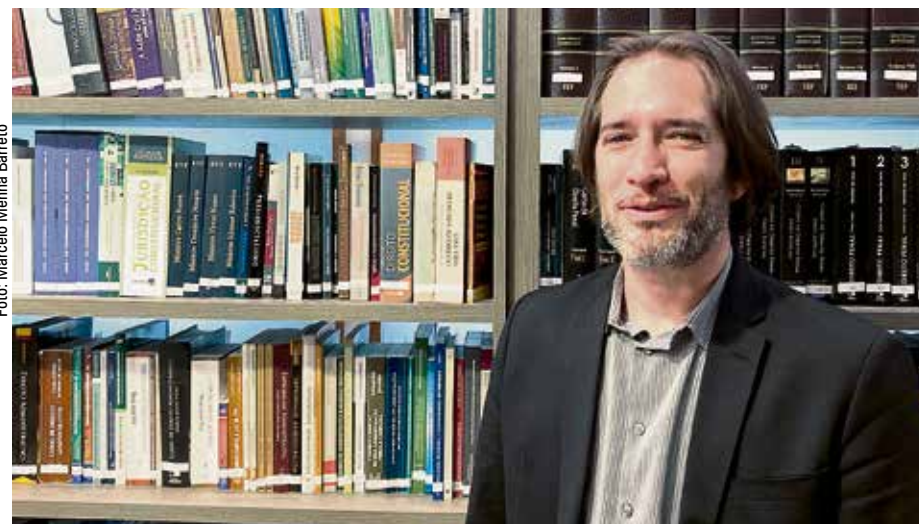


Foto: Marcelo Menna Barreto

Todos os governos do Brasil tiveram incômodos e desconfortos com a liberdade de expressão. Em maior ou em menor grau. Isso é até natural porque se um governo não tem desconforto com a mídia, é porque a mídia não está cumprindo o seu papel

premo Tribunal Federal tem andado bem. Tem tomado as decisões corretas. Não vou entrar em cada uma delas até porque não conheço todas, mas o fato é: quando uma sociedade ou modelo político precisa do seu Supremo Tribunal Federal para garantir a estabilidade institucional e impedir uma ruptura é que algo funciona muito mal na sociedade. Não é para o Supremo que eu preciso olhar. Eu preciso olhar para aquilo que está causando esse desequilíbrio. E a gente sabe bem o que é que está causando esse desequilíbrio neste momento.

EC – Dá para falar um pouco disso que você entende por desequilíbrio?

Pierpaolo – Veja, embates, desconfortos mútuos são questões normais em um Estado Democrático de Direito com três poderes. Nem

sempre os três poderes seguem uma mesma linha e você tem um sistema de freios e contrapesos. Agora, quando você entra numa rota de colisão, onde você tem conflitos constantes e onde o Supremo Tribunal Federal é chamado para manter a normalidade através da prisão de pessoas, algo está errado. O sistema precisa olhar para a causa desse desequilíbrio brutal. E a causa desse desequilíbrio brutal, no meu ponto de vista, é o Poder Executivo, que cria crises como uma forma de se legitimar com uma parte do eleitorado. A gente pode discutir muito o nosso modelo de Supremo, o nosso modelo de Judiciário, mas não é isso que, agora, está em questão.

Leia mais:

www.extraclasse.org.br

Pode ser filho, esposa, irmão, mãe, sogra, vô...
O Hotel Casa do Professor é a melhor opção em Porto Alegre para professores associados do Sinpro/RS e seus familiares.



Mais informações:
www.sinprors.org.br/casadoprofessor
Reservas: (51) 4009.2988



RS abriu mão de R\$ 9,5 bi em renúncias fiscais para beneficiar mais ricos

Informe divulgado pelo Departamento Intersindical de Economia e Estatística (Dieese) alerta para o uso exagerado do mecanismo da renúncia fiscal no estado do Rio Grande do Sul. De acordo com dados da Secretaria da Fazenda estadual, em 2020, o montante de renúncias dos quais o estado possui influência legislativa chegou a R\$ 9,3 bilhões, o que equivale a 18,9% do que poderia ter sido arrecadado.

Na avaliação dos técnicos do Dieese, o uso generalizado de incentivos fiscais pode ter consequências desastrosas para as finanças públicas. Distorcem a alocação de recursos, interferem na concorrência e criam oportunidade de corrupção e, sem a devida transparência, são uma ameaça constante.

A renúncia apenas do ICMS, o qual representa 87,3% do total, com outros estados, nota-se que segue sendo um percentual significativamente superior ao praticado por São Paulo, por exemplo, onde o peso da renúncia é de aproximadamente 10% da arrecadação potencial de ICMS, ou em Minas Gerais, que é de 11,9%. A comparação é da economista Anelise Manganelli, do Dieese, responsável pelo estudo.

Na comparação de 2015 e 2020, do montante das estimativas de desonerações que incluem ICMS, IPVA e ITCD, verifica-se crescimento de 13,7%. Leia a íntegra em www.extraclasses.org.br.

Foto: Mateus Raugust/PMMA



Segundo Anelise Manganelli, o contingente de R\$ 9,3 bi favorece mais de 280 mil empresas, muitas delas em segmentos que não passam por tanta dificuldade, com lucros recorrentes, como a rede Zaffari, Dimed (da Rede Panvel) Gerdau, Havan, Renner, Randon, Restaurante Madero e a vinícola do Galvão Bueno

Foto: Icar Saerotto



LEIA TAMBÉM

PREVIDÊNCIA

Regra de transição para aposentadoria dos professores: tempo mais idade

É muito importante que se saiba que, embora tenha cumprido o tempo de contribuição, será necessário aguardar a idade, já que, para essa modalidade, o requisito idade é imprescindível e exigido de forma cumulada.



Foto: Pixels

SAÚDE

Crise pode deixar 7 mil doentes renais sem hemodiálise no estado

Clínicas de nefrologia, que respondem por 85% das diálises pelo SUS, ameaçam fechar devido à defasagem da tabela e ao aumento dos custos na pandemia.

JUSTIÇA

Polícia indiciou homem não indígena por estupro e feminicídio de adolescente Kaingang

Daiane Sales, 14 anos, foi aliciada em uma festa na qual menores tiveram acesso a álcool e drogas e assassinada na madrugada de 1º de agosto. Exames de DNA e testemunhas revelaram autoria do crime.

Foto: Reprodução



COLUNISTAS

MOISÉS MENDES O vírus nos desmascarou

MARIA LUCIA FATTORELLI Trabalhadores que recebem acima de R\$ 4.375,00 pagarão mais Imposto de Renda

GABRIEL GRABOWSKI Pedagogia da esperança e a pedagogia do encontro

ANELISE MANGANELLI O repugnante descaso com a juventude



Aposentadoria Planejada

Planejar o futuro com tudo que se tem direito.

Agendamentos
 (51) 98060.3579

 **CAINELLI**
ADVOGADOS
Credenciado pelo Sinpro/RS

Consultas previdenciárias sem custos para os professores do Ensino Privado



Coleta de água em Porto Alegre para aferição da qualidade

Veneno nas águas

por Cristiano Bastos

Em pleno século 21, há municípios gaúchos com zero de tratamento de esgoto. É o caso, entre tantos outros, de Santo Antônio da Patrulha, que não possui plano municipal de saneamento básico. De acordo com a edição 2021 do Ranking do Saneamento, o Rio Grande do Sul está ainda mais distante das metas de universalização do saneamento básico. Outro problema é o uso de venenos em larga escala em plantações, principalmente na orizicultura, que têm causado danos em áreas de preservação ambiental, além de agravar a poluição dos rios

O Plano Nacional de Saneamento Básico (Plan-sab) preconiza que, até 2033, 92% dos esgotos brasileiros estejam tratados. Divulgado no primeiro trimestre, o estudo, feito pelo Instituto Trata Brasil, avaliou indicadores de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto nas cem maiores cidades do país.

Dos seis municípios do estado que constam no ranking, cinco perderam posições frente ao levantamento de 2020. Porto Alegre é o município com melhor posição: 42^a. Gravataí, cujo desempenho é considerado o mais fraco, ficou em 88^o lugar. A situação do esgotamento sanitário é alarmante. Estima-se que apenas 32,1% da população receba atendimento de coleta de esgoto, enquanto que apenas 26,2% do volume dos esgotos são tratados. Dos 497 municípios rio-grandenses, 135 não têm plano de saneamento concluído.

A falta de saneamento, alerta o ecólogo Marcelo Duarte, traz consigo o problemático contexto que, fora a proliferação de doenças que põem em risco a saúde da população, deságua diretamente nas bacias hidrográficas. Ele cita o quadro de Pelotas, que, embora seja uma cidade muito maior que a vizinha Rio Grande (onde 30% dos esgotos são tratados), não possui tratamento de esgoto. "Pelotas é um dos 'melhores piores' exemplos que se pode ter na coleção de municípios gaúchos que não contam com saneamento", critica. Além

disso, acrescenta ele, trabalhos recentes, publicados pelo grupo de pesquisa IFSul (do Instituto Federal do Rio Grande do Sul), mostraram elevada concentração de metais pesados nos sedimentos dos corpos hídricos que rodeiam a cidade. "Para piorar, os estudos também revelaram que esses contaminantes chegaram aos peixes e no camarão, que apresentaram concentrações elevadas de chumbo." Na avaliação de Marcelo, o estado como um todo, no que diz respeito ao saneamento, vive uma situação extremamente precária.

Outro problema, aponta ele, tem a ver com os venenos utilizados em plantações. A pulverização de lavouras, especialmente as de arroz, além de provocar delicados danos ambientais em áreas de preservação ambiental, agrava a poluição dos rios. No Rio Grande do Sul – onde a chamada "atividade agrossilvopastoril" (sistema que integra lavouras com espécies florestais e pastagens) é intensa e a aplicação do veneno dá-se em grandes quantidades –, alerta o ecólogo, contabilizam-se, na água ofertada nas torneiras, pelo menos 27 tipos de pesticidas. Destes, o Glifosato, amplamente utilizado no controle de ervas daninhas, é comprovadamente cancerígeno. "A utilização do Glifosato revela o quão frágil é a regularização dos pesticidas no Brasil", denuncia.

O volume hídrico utilizado em determinadas áreas de plantio é outra conjuntura permanente-

mente complicada. A bacia do Rio Santa Maria (que banha seis municípios) está entre as consideradas críticas pelo Departamento de Recursos Hídricos (DRH), devido à alta demanda de água para irrigar lavouras de arroz. Porém, quanto à presença de agrotóxicos, fungicidas, herbicidas e fertilizantes, a situação é menos drástica. Segundo estudos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), as amostras recolhidas na bacia não apresentaram níveis de envenenamento fora dos padrões.

Alessandro de Ávila Noal, presidente do Comitê da Bacia do Rio Santa Maria, diz que, na região, praticamente não há indústrias, o que, certamente, contribui para uma melhor condição das águas. O maior fator poluente, frisa ele, é a ausência de saneamento. Nos seis municípios de abrangência, apenas 16% dos esgotos, ao todo, recebem tratamento. Embora uma pequena parte dos resíduos, esclarece Noal, tenha o chamado "separador absoluto" (rede projetada para transportar exclusivamente despejos industriais e esgoto doméstico), o restante "cai" diretamente na rede fluvial. Ou, então, deposita-se nas fossas sépticas. "Infelizmente, seja a curto ou médio prazo, eu não vejo uma perspectiva muito boa de melhora. E não acredito, por outro lado, que a privatização da Corsan vá resolver", lamenta Noal.

Já na bacia hidrográfica do Rio Tramandaí, situada na região do Litoral Norte, o deficiente es-

gotamento sanitário acaba acarretando, também, em reveses de natureza biológica. João Vargas de Souza, presidente da Bacia do Rio Tramandaí, atenta para o fenômeno, ocorrido por lá, no qual o efluente final deixa resíduos de fósforo e nitrogênio, que, ao serem lançados nos mananciais, produzem uma intensa floração de algas. A complicação, elucida Vargas, é que, ao morrer, tais organismos liberam uma série de toxinas nas águas: "Trata-se, literalmente, de verdadeira avalanche de algas, o que faz com que percamos muito a qualidade das nossas águas".

Outro aspecto importante que tem afetado a potabilidade das águas da bacia do Rio Tramandaí diz respeito à selvagem especulação imobiliária (a região do Litoral Norte é a que mais cresce no estado). Em 2021, em virtude da pandemia do coronavírus, a região, cuja população local, em média, contava 360 mil pessoas, passou para mais de 700 mil. Ou seja, praticamente duplicou. São pessoas, constata João Vargas, que foram isolar-se, gostaram de morar no litoral e dali não mais saíram. "Essa circunstância populacional acarreta uma série de questões, a exemplo de mais água a ser distribuída. E um dos efeitos desse aumento de habitantes, por sua vez, é a geração de mais efluentes domésticos." As soluções para o caso, apregoa Vargas, existem, porém, a um custo financeiro bastante elevado.



Região de banhado próximo à nascente do Rio Gravataí



Pesquisa da Feevale investiga coronavírus nos rios da Região Metropolitana de Porto Alegre

Discurso das “águas arrasadas” desvia do principal

Rafael José Altenhofen, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Caí e também um dos coordenadores da Oscip UPAN (União Protetora do Ambiente Natural), a despeito do aflitivo cenário em que os rios gaúchos estão mergulhados, acautela sobre a importância de evitar-se unicamente o calamitoso discurso das “águas arrasadas”. A tendência, com esse tipo de abordagem, argumenta Al-

tenhofen, é afastar, cada vez mais, a população do centro da discussão – quando o que se quer, conforme ele, é justamente o contrário. “Precisamos envolver, definitivamente, a população nos debates e tomadas de decisões quanto aos corpos hídricos”, exorta.

Para Rafael, não se pode esquecer que, nas últimas três décadas, houve uma evolução da legislação, sobretudo acerca dos parâ-

metros de lançamento de efluentes industriais. O mesmo, complementa ele, deu-se com a incorporação dos mecanismos legais que fiscalizam processos de licenciamento ambiental. Em meados da década de 1990, situa Rafael, a principal fonte de poluição era a industrial, enquanto que, hoje, cerca de 85% advêm da carga de esgotamento doméstico. Municípios como Novo Hamburgo e São Leopoldo, subli-

nha Altenhofen, têm investido fortemente em políticas de saneamento. Ele cita o caso de São Leopoldo, que, na década de 1940, quando da implantação de sua primeira estação de tratamento, chegou ao patamar de 80% de seus esgotos tratados. “O problema é que, depois disso, nunca mais houve investimento. Em outras palavras, essas ações precisam ter continuidade, para que vicejem.”



Foto: Igor Spector

Monitoração do coronavírus nas águas

Um pioneiro estudo no Sul do Brasil, desenvolvido na Universidade Feevale, vem analisando, desde maio deste ano, amostras de água coletadas em estações de esgoto em Porto Alegre e Região Metropolitana. O objetivo é intensificar a vigilância epidemiológica do coronavírus em efluentes e mananciais e dar suporte às autoridades de saúde, ao longo da pandemia. A pesquisa mostrou que 17% das amostras analisadas, até

o momento, apresentaram resultados positivos. “O estudo trará uma maior compreensão da dinâmica viral e, dessa forma, poderá auxiliar na tomada de decisão das medidas de prevenção”, explica Caroline Rigotto, professora do mestrado em Virologia da Feevale e uma das coordenadoras do projeto.

O trabalho tem se mostrado bastante eficiente, considera Caroline, no sentido de avaliar

uma tendência, de aumento ou diminuição, da presença do Sars-CoV-2, causador da covid-19, nos esgotos. “Podemos, a partir daí, fazer um comparativo com casos ativos e ter uma percepção do que está acontecendo. Funciona [o estudo] como uma espécie de termômetro.” Ela também observa que a eficácia da cobertura vacinal tem se revelado nos resultados. Caroline diz que, pelo menos por enquanto, não se pode assegu-

rar que exista o risco de contágio por coronavírus ocasionado pelo contato direto ou indireto com o esgoto. O importante, ressalta a pesquisadora, é ter cautela. E prevenção. “Das tantas problemáticas apresentadas pela água, decorrentes da falta de saneamento, que, pelo menos, a existência da covid-19 possa levar a sociedade a uma discussão realmente séria sobre como melhor tratar os seus esgotos”, conclui ela.



Veja como é fácil dar uma aula de cidadania

Com a ajuda dos professores, o Sinpro/RS distribui cestas básicas e produtos de higiene pessoal. A vida está difícil para todo mundo, mas mesmo com uma pequena contribuição, você pode fazer uma grande diferença na vida de quem mais precisa.

Chave PIX para doação: 51997337506

saiba mais em www.sinprors.org.br





MARCO AURÉLIO WEISSHEIMER

O normal que nos espera neste outubro de 2021

*"O normal não é normal,
o governo não governa,
a orientação desorienta,
o óbito virou alta..."*

Foto: Pixabay



Ao longo dos últimos vinte meses da pandemia de covid-19, nosso corpo e nossa mente, nossas emoções e sentimentos viveram experiências cuja percepção ainda está sendo elaborada em narrativas mais ou menos conscientes por cada um de nós. Aos poucos, pelo que se vê nas ruas, a vida parece que vai retornando ao "normal"...Vai mesmo? Um dos problemas para aferir e perceber essa situação é que o próprio conceito de "normal" está sob questionamento. Durante a pandemia, produziram-se muitas reflexões sobre essa ideia do "novo normal". A diferença é que, agora, começamos a vivenciá-lo, progressivamente, fora do ambiente de distanciamento social.

Chegamos a outubro de 2021. Para além dos riscos ainda presentes da pandemia, da enorme parcela da população brasileira que ainda não tomou o ciclo completo da vacina (para não falar da necessidade de uma terceira dose para alguns setores da população), todos os custos e danos mais ou menos ocultos deste período que estamos vivendo vão se tornando mais visíveis. Esses custos

envolvem isolamento social e emocional, estranhamento em relação à rua, precarização do trabalho e de direitos, aumento da fome e da desigualdade social, destruição ambiental e desmonte de serviços e políticas públicas. Que normal é esse que nos aguarda nas ruas, nos espaços públicos de trabalho e convivência social e dentro da nossa própria cabeça?

Para Jean Segata, professor do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), há um pesadelo por trás dessa ideia de "novo normal" ou de "nova normalidade", que se expressa pela naturalização de processos destrutivos da vida no planeta, pela absorção predatória da vida privada pelas relações de trabalho e pela transformação da rua e do espaço público em territórios cada vez mais hostis que serão habitados pelas pessoas que não podem trabalhar em casa. A ideia de um "novo normal" envolve, além da naturalização desses processos destrutivos, a banalização da necropolítica que se instalou no Brasil e já contabiliza cerca de 600 mil mortes só pela covid-19 (para não

falar dos problemas envolvendo a subnotificação de casos).

As últimas notícias do final de setembro, no âmbito da CPI da Covid, no Senado Federal, envolvendo as "orientações" do governo Bolsonaro desde o início da pandemia e suas repercussões no cotidiano de enfrentamento da doença, chocaram muita gente, mas talvez seja um exagero dizer que chocaram o país, pois esse parece ainda estar anestesiado ou vivendo um estado alterado de consciência. Entre outras denúncias, ouvimos que o plano de saúde privado Prevent Senior teria determinado deliberadamente a oxigenação de pacientes após 14 dias de internação na UTI para proporcionar a "liberação de leitos". O princípio que orientaria essa determinação seria "óbito também é alta". A se confirmar essas denúncias, quantas pessoas perderam a vida por conta desse e de outros procedimentos similares que teriam ocorrido Brasil a fora?

As consequências do que aconteceu nos últimos 20 meses que vivemos sob o "comando" de um governo que adotou a necropolítica como política de gestão ain-

da estão para ser descobertas em todas as suas implicações. Como aparece neste próprio texto, está difícil escrever sem o uso de aspas, o que indica que as próprias palavras estão gritando por novos significados. O normal não é normal, o governo não governa, a orientação desorienta, o óbito virou alta...

Mesmo em meio ao isolamento (para aqueles que conseguiram praticá-lo), nos acostumamos a conviver com paisagens doentias, na esfera social, governamental, no mundo do trabalho, na nossa relação com a natureza, com os animais e com o próximo. Como saímos desse período de 20 meses? Há uma dimensão na resposta a essa pergunta que é essencialmente individual. Cada um de nós tem a sua própria história. Mas existe uma dimensão social e coletiva dessa experiência, cuja percepção talvez comece a ficar mais clara nos próximos meses. Se a vida retornar à "normalidade" como se nada demais tivesse acontecido, esse será um sinal que permanecemos presos a uma paisagem doentia. No caso, a paisagem confundiu-se com o próprio país.



Foto: Mariana Rauter/ MST/ Divulgação

No Rio Grande do Sul, os assentamentos do MST ampliaram a produção especialmente para abastecer comunidades carentes durante a pandemia

Alta da inflação força demanda por ações de combate à fome

por Adriana Lampert

O combate à fome dentro de comunidades carentes tem se tornado cada vez mais desafiador em solo gaúcho, principalmente na Capital. Não bastasse o cenário de desemprego que assola as periferias em meio à pandemia da covid-19, também as ações da sociedade civil estão fragilizadas pela alta dos preços

“Os produtos ficaram mais caros e as organizações sociais têm tido menos recursos para contribuir”, comenta o membro da coordenação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Fernando Fernandes Damasceno Júnior. “Com o dinheiro que a gente paga por duas cestas básicas atualmente, se comprava três no ano passado”, compara.

No ranking das mais caras do país, a cesta básica de Porto Alegre registrou aumento de 1,18% em agosto, passando a custar R\$ 664,67. “Esse valor equivale a 65,32% do salário mínimo (atualmente em R\$ 1.100,00)”, destaca a economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos do Rio Grande do Sul (Dieese-RS) Daniela Santi.

“Nas comunidades onde estamos distribuindo cestas básicas, as pessoas – apesar de terem uma casa – não têm condições de preparar os alimentos, porque falta gás”, afirma a coordenadora do Cozinhos do Bem – Food Fighters, Patrícia Stein. “Por conta disso, além de alimentos, em alguns casos também tem sido necessário doar botijões de gás para viabilizar que os produtos sejam aproveitados.”

Desde o início da pandemia, em março do ano passado, o projeto distribuiu 23 mil cestas básicas para comunidades carentes da Vila Cruzeiro, Beco do Buda, Chapéu do Sol, Restinga, Vila dos Sargentos, Vila No Limite, bairro Humaitá, entre outros. “Antes, a gente preparava um kit de alimentos essenciais com R\$ 50,00. Atualmente, este dinheiro compra bem menos insumos.”

O sentimento de perda no poder de compra para as cestas básicas é compartilhado pelo integrante do MAB, ao afirmar que também o volume de recursos das doações diminuiu em 2021. De acordo com Damasceno Júnior, ainda assim as ações de solidariedade do MAB têm ocorrido quase todos os meses desde o início da pandemia. A distribuição de alimentos contempla cerca de 300 famílias de baixa renda que moram próximo de barragens na Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre, e em periferias das regiões de Erechim e Santa Rosa.

“Ao todo, já foram distribuídas 1,5 mil cestas básicas”, calcula o militante. “No ano passado, participamos de um edital promovido pela Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), onde foi possível arrecadar verba para a compra de 130 botijões de gás.” Ao destacar que essa também é uma necessidade recorrente entre as comunidades que têm recebido as doações de alimentos, Damasceño enumera outras três ações que ocorreram através da disponibilização de vale-gás, em parceria com o Sindipetro e uma distribuidora local da Lomba do Pinheiro.

Aumento do gás impactou nas comunidades

A integrante do Comitê de Combate à Fome Contra o Vírus Saraí Brixner concorda que, quando se fala em alta dos preços, o que “mais chamou atenção neste ano foi o aumento do gás”. “No que se refere aos alimentos, nós damos um jeito de substituir, para fazer render os recursos que arrecadamos, mas em muitos momentos nossas cozinhas comunitárias precisaram utilizar fogão a lenha, porque só com gás, não se consegue dar conta.”

Criado por lideranças comunitárias da Lomba do Pinheiro, o Comitê atua com sete cozinhas comunitárias. A iniciativa surgiu a partir de uma doação feita à comunidade, que entregou cestas básicas para quem havia ficado desempregado no começo da pandemia. “Na época, percebemos que não era o suficiente. A realidade de fome, que já existia de forma intensa, ampliou consideravelmente”, explica Saraí.



Foto: Igor Sperotto

MST sentiu dobrar a demanda

Um dos movimentos sociais que mais tem contribuído neste sentido é o dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). No Rio Grande do Sul, os assentamentos localizados em dez regiões ampliaram a produção especialmente para abastecer comunidades carentes durante a pandemia. Desde março do ano passado, já foram distribuídas 450 toneladas de produtos

in natura, como hortaliças, mandioca, batata, repolho, beterraba, além de arroz, feijão, leite, e suco. E até o final de 2021 devem ser entregues mais 100 toneladas.

Segundo o integrante da direção estadual do MST e da coordenação da força-tarefa Periferia Viva, Gerônimo Pereira da Silva, desde 2020 a demanda dobrou. Atualmente, a ação do MST beneficia cerca de 10

mil pessoas que residem em locais como a Grande Cruzeiro, Lomba do Pinheiro e Morro da Cruz, em Porto Alegre; e em outras cidades da Região Metropolitana, como Gravataí, Viamão e Canoas (neste caso, no bairro Mathias Velho).

Para preencher a lacuna deixada pelo poder público (que, em cenário de pandemia, pouco tem feito para mudar a realidade das comu-

nidades carentes), também igrejas, associações, sindicatos, e uma série de movimentos da sociedade civil seguem articulados no combate à fome. E ainda que neste ano a inflação seja a maior desde 2015 (segundo o IBGE), os movimentos e as organizações da sociedade civil seguem se esforçando para fazer os alimentos chegarem à mesa dos mais vulneráveis.

Um mês só não basta, pessoas comem todos os dias

Entre os desafios, está justamente o conteúdo de uma cesta básica, que, dependendo do tamanho da família, não dura o mês todo, confessa a assessora de projetos da Cáritas Regional-RS, Eliane Brochet. “Não basta dar uma cesta básica para uma família um mês, pois as pessoas comem todos os dias.”

“Levamos três toneladas de alimentos diretamente para as al-

deias Guarani em Viamão, Barra do Ribeiro e Maquiné. Também foram distribuídas três toneladas de alimentos em cestas básicas para famílias em insegurança alimentar nos municípios de Cachoeirinha, Canoas, Alvorada e Santo Antônio da Patrulha”, calcula o bispo da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil na Diocese Meridional, Humberto Maiztegui Gonçalves.

Também, a Comissão Pastoral da Terra do Rio Grande do Sul conseguiu arrecadar – entre 2020 e 2021 – R\$ 190 mil para comprar cestas de alimentos, e sementes de feijão, milho crioulo e ramas de aipim, as quais foram entregues para plantio em comunidades quilombolas e aldeias indígenas. Parte dos recursos foi destinada à confecção de máscaras, para serem distribuídas nas comunidades, além de ma-

teriais de higiene e limpeza.

Ao todo, foram beneficiadas 500 famílias entre quilombolas, sem-terras, Guaranis e Kaingang e outras de bairros pobres de Canoas e Ijuí. “Seguimos tentando auxiliar estas famílias, priorizando as que estão em situação mais crítica. É sempre difícil escolher, pois todas precisam destes alimentos”, comenta o coordenador da CPT/RS, Luiz Antônio Pasinato.

Movimento sindical já distribuiu quase 200 toneladas

Mobilizados através da Central Única dos Trabalhadores (CUT), mais de 20 sindicatos no estado também têm realizado mutirões semanais para distribuir cestas básicas à população em situação de vulnerabilidade. Até agora, foram mais de 195 toneladas de alimentos, o que equivale a 8,5 mil cestas básicas. Além disso, houve, no período mais crítico da pandemia, distribuição de máscaras e kits de higiene e limpeza, a fim de evitar a contaminação pelo novo coronavírus.

De acordo com o presidente da CUT, Amarildo Cenci, as campanhas de arrecadação acontecem em Porto Alegre e nas regiões de Rio Grande, Caxias do Sul, Pelotas, Santa Maria, Erechim. “Fizemos um levantamento no ano passado, para direcionar as cestas básicas também para comunidades indígenas e quilombolas, além de ocupações urbanas”, comenta o dirigente. “A realidade só piora, o que fez com que a gente evoluísse para trabalhar com quentinhas

feitas por cozinhas comunitárias, além das doações de cestas básicas e de roupas de inverno.”

Cenci avalia que, no entanto, “isso não resolve o problema”. “Precisamos que o Estado brasileiro e os gestores responsáveis ajudem a construir saídas econômicas para que as pessoas tenham trabalho e renda e não precisem mais de doações.”

Leia também matéria na página 21 sobre o projeto Professores Solidários, do Sinpro/RS.



Foto: Igor Sperotto

Mais de 195 toneladas de alimentos foram entregues pela CUT e sindicatos afiliados

A gramática da inclusão

por Marcelo Menna Barreto

Com a ideia de um português inclusivo para pessoas com orientação sexual não binária (masculino e feminino), que não se sentem contempladas pelo uso, principalmente, do masculino genérico, a chamada linguagem neutra aos poucos começa a aparecer fora de grupos sociais restritos. Quem nunca viu uma arroba (@) ou um xis (X) que agora dão lugar a letras como es para buscar a chamada “neutralidade de gênero” em algum texto ou saudação por aí?

Se todes usado no Museu da Língua Portuguesa reinaugurado em 12 de julho passado, em São Paulo, causou polêmica, – o secretário nacional de Cultura, Mário Frias, ameaçou “tomar medidas” para impedir o que chamou de “vandalização” da língua –, não é menor o barulho entre linguistas e até mesmo militantes das causas que envolvem transexuais, travestis, não binários ou intersexo.

Uma coisa é certa: o consenso está longe, mas a discussão posta. No debate, para uns a dita linguagem neutra é considerada um movimento social, parte da evolução da língua. Outros a encaram como um possível modismo.

Sírio Possenti, professor titular do Instituto de Estudos da Linguagem

da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), entende que não é possível ignorar as formas discriminatórias marcadas na língua: “A língua não funciona no vácuo”, diz.

É a mesma visão de outros importantes filólogos procurados por *Extra Classe*, mas alguns optaram em não aprofundar o tema e não participar da reportagem e nem mesmo autorizaram a publicação das justificativas de suas negativas. Medo de cancelamentos?

Mais corajoso, Carlos Alberto Faraco, pelo menos, explica suas razões. “Eu estou evitando entrar nessa polêmica. Já me envolvi em muitas polêmicas linguísticas e resolvi não participar desta. Se público, será inevitável o bate-boca”, afirma o ex-reitor da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e autor

de um dos mais usados manuais de linguística, o *Linguística Histórica. Uma Introdução ao Estudo da História das Línguas* (Parábola).

Outro renomado linguista pede para omitir seu nome e é categórico: “Iiiiiix! Ninguém quer mexer com isso. É modismo que não cola”.



Sírio Possenti, professor titular do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)



Foto: Arte de Fabio Ely Alves sobre foto de Freepik

Será que é só modismo?

A cartunista Laerte Coutinho não crava um prognóstico. “Se é um modismo, isso a gente só vai saber daqui a muito tempo (risos). O modismo a gente só fica sabendo a distância. Aquilo foi um modismo”, brinca.

Escolhida no último dia 23 de setembro para receber o troféu Juca Pato, concedido pela União Brasileira de Escritores (UBE) ao Intelectual do ano, Laerte, que se apresenta como uma pessoa transgênero, uma mulher trans, completa: “O modismo, quando está em vigor, pode não ser um modismo. Ele pode ser um processo de transformação”.

Já para Richard Miskolci, a “principal crítica é sobre a noção de cis-generidade e a moda de se autodefinir como não binário”.

PHD em Sociologia, professor titular da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Miskolci é um dos precursores em pesquisas relacionadas à Teoria Queer no meio acadêmico brasileiro.

Em seu último livro, *Batalhas Morais: política identitária na esfera pública técnico-midiaticizada* (Autêntica), o professor fala que existe em campo um conceito que “denota desconhecimento ou interesse em refutar as teorias sobre gênero em favor de políticas identitárias que são, ao mesmo tempo, anti-intelectuais e autoritárias”.



Foto: Arquivo Pessoal

Laerte: “O modismo, quando está em vigor, pode não ser um modismo. Ele pode ser um processo de transformação”

Um vocabulário para entender seu lugar no mundo



Foto: Milla Rizzignacco

Richard Miskolci

Para Miskolci, propostas de linguagem neutra podem, sim, ser vistas como expressão de demandas de igualdade. "Ter um vocabulário para compreender seu local no mundo é fundamental para que grupos historicamente subordinados possam demandar reconhecimento, mas tal vocabulário – compreendido aqui de forma sociológica e educacional – não necessariamente exige reformar a língua", analisa.

O professor fustiga: "Há línguas sem gênero, como o húngaro, o que não significa que

ela é neutra, tampouco que não exista desigualdade de gênero na Hungria". (leia entrevista em extraclasse.org.br)

"Às vezes apoio, às vezes me cansa"

Movimentação que se iniciou globalmente por volta de 2012, no Brasil, a ideia de se buscar uma forma de não caracterizar o gênero no vocabulário já contempla diversas propostas. Se hoje *ile* e *elu* figuram como as mais fortes tendências para a nova composição de um pronome neutro, o uso da arroba (@) ou do xis (X) praticamente são consideradas ultrapassadas por dificultar a leitura e a vocalização.

Laerte Coutinho diz que "a arroba (@), o asterisco (*), essas coisas todas, o xis (X), são evidentemente recursos gráficos. No começo, ainda ninguém tinha tentado elaborar uma versão falada para essa questão dos novos pronomes".

A cartunista tem uma resposta bem-humorada quando indagada sobre seu posicionamento a respeito da linguagem não binária: "Bom, a minha opinião é fluída, como os gêneros. Às vezes apoio, às vezes me cansa".

Lentidão, discussão necessária e futuro incerto

Para a criadora dos Piratas do Tietê, entre outros personagens icônicos, "mudar a linguagem dessa forma que está se propondo, que é uma mudança no cotidiano, é uma coisa custosa. É uma coisa que demora. Uma coisa lenta".

Sírio Possenti acha que é ain-

da impossível prever se essa nova forma de comunicação poderá ser incorporada à norma culta e às gramáticas no futuro e até mesmo o impacto que isso pode ter na educação.

É por isso os momentos de cansaço de Laerte Coutinho. Ela ain-

da acentua que "as novas disposições em relação às questões de gênero são maiores do que isso. Está havendo algum descompasso e uma certa área de tensão nessa parte dos pronomes".

Para Laerte, as novas ideias quanto a gênero são completa-

mente justificadas. "As pessoas que estão transitando ou que estão abordando novas possibilidades de gênero não querem ser só mulher ou homem. Querem abrir um leque de possibilidades. É muito interessante. Eu acho importante que isso aconteça", registra.

Importante não superficializar o debate

Atena Beauvoir Roveda, filósofa, escritora e poetisa trans, segue a mesma linha de pensamento. Sallienta que a linguagem neutra não apaga a linguagem masculina ou feminina. "A gente encontra em outras línguas gêneros que não são masculinos ou femininos, como o grego clássico, onde criança não é definido como masculino ou feminino e, sim, um gênero neutro", assinala.

Atena considera que as regras

"podem se adequar às realidades porque elas são construídas por nós, seres humanos" e defende um amplo diálogo.

"Se hoje nós negarmos a discussão de qualquer tema de um determinado tipo de público, amanhã a gente vai estar negando outro tema de discussão e assim vai", reflete. "Eu mesma não uso a linguagem neutra, até porque estou adequada na linguagem feminina – sou a

Atena, sou a escritora, sou a mulher, sou a gaúcha, sou a brizolista –, mas eu não quero retirar o direito das pessoas que querem buscar a linguagem neutra para si de terem os seus direitos preservados".

A mudança de tratamento é uma decorrência disso no entendimento de Laerte. "A gente vai ter que chegar a esse ponto em algum momento. Agora é isso. Tem uma área de tensão aí. Tem gente que fica nervosa", diz.

Atena frisa que o importante no processo é também não superficializar a discussão. "Não negar e integrar todas as opiniões, divergentes ou convergentes sobre o tema. Acho importantíssimo nós abirmos o espaço democrático sem nenhum tipo de imaturidade da nossa parte."

Segundo a filósofa, o diálogo produtivo não se dará "de maneira inautêntica, levando na má-fé o assunto. A gente tem que propor uma boa-fé para discutir qualquer tema".

Laerte também entende que não se deve evitar a polêmica. "A princípio, eu acho correto, estou

de acordo com a necessidade de uma proposta de uma mudança em relação aos tratamentos. É um sinal de respeito. É tratar as pessoas como elas gostam de ser tratadas. Eu não gostaria de ser tratada no masculino. Pessoas que não se enquadram nem como masculino, nem como feminino também têm direito a propor uma forma de tratamento", defende ao lembrar que "se a língua demora para mudar, ao mesmo tempo as pessoas têm o direito de serem tratadas ou tratades com respeito. Isso não é um absurdo".

Apesar disso, Laerte diz que tem bem claro que esse respeito passa por "uma prática mais ou menos complicada": a de usar um novo sistema de flexão de gênero. "A língua portuguesa tem disso. Tudo é genericado. Cadeira é feminino, enfim", resigna-se.

Sobre como tratar isso, ela recorda que nos Estados Unidos se usa o pronome no plural, *They*. "Para mim, é mais estranho. Prefiro um pronome novo", conclui.



Foto: Igor Sperotto

Atena Beauvoir Roveda: filósofa, escritora e poetisa

Diferenças entre linguagem inclusiva e linguagem neutra

O jornalista André Fischer, criador do portal *MixBrasil*, é autor de uma série de livros voltados à comunidade LGBTQI+, entre eles o *Manual ampliado de linguagem inclusiva* (Matrix).

Conforme ele, torna-se importante fazer a diferença do que é a dita linguagem neutra do que é uma linguagem inclusiva. Se, de um lado, existe o esforço na busca de um gênero neutro para mitigar o que os ativistas chamam de machismo do idioma, a linguagem inclusiva já faz uma diminuição de marcadores de gênero, com a vantagem de usar as palavras que já estão na gramática usada hoje no Brasil.

“A linguagem inclusiva busca não só essa questão de marcadores de gênero, mas também erradicar vocabulários racistas, capacitistas, etaristas, LGBTfóbicos. Eu, particularmente, acho que, em uma linguagem mais inclusiva, se tenta buscar o máximo de palavras que já são comuns para dois gêneros. Não tem que reforçar o feminino e ainda se criar um terceiro gênero. Basta substituir ou em uma saudação dar ‘bem-vindos e bem-vindas’, por exemplo”, exemplifica Fischer.

Para ele, ao falar em linguagem inclusiva, “se está pensando em algo maior que não é só essa questão de gênero, mas, também,

em substituir um vocabulário que é preconceituoso”.

André não nega a importância das discussões sobre uma possível linguagem neutra. Compreende, no entanto, que é uma movimentação social que “não vai se concretizar nas cartilhas, nas gramáticas antes de 40, 50 anos, mesmo se for iniciado agora”.

Para o jornalista, em primeiro lugar, é necessário haver um consenso sobre qual seria esse gênero neutro. “A gente tem quatro sistemas propostos e, pelo menos, dois têm sido usados em meios distintos.” Registra o “pronome” *ile* que se vê muito no LinkedIn, usado mais no meio empresarial, e, nas escolas, “com a gíria mais nova, o *elu*”.

Fischer lembra que, ao se fazer uma saudação “sejam bem-vindes” ou se referir a “todes”, para ser simpático, não é o gênero neutro. “O gênero neutro é você criar um terceiro gênero, que vai ter pronomes, que vai ter artigos. Você tem que ter o *minhe*, *tue* ou *inho*, *minho*. Aí depende do pronome que você usar.”

Ele, para exemplificar, faz uma frase que considera engraçada: “*Ile está na casa des avôes dile (ele está na casa dos avós dele)*. Porque para avô e avó, também tem que criar um avô neutro. Daí tem uma série de palavras. Tem que ter avôe.



Foto: Felipe Moraes/Divulgação

André Fischer, autor do *Manual ampliado de linguagem inclusiva* e outras obras voltadas às comunidades LGBTQI+

Avô, avó, avôe”, discorre ao apontar a inexistência de consensos.

“Tem gente que se sente incomodada com o uso de um ou outro pronome. Então, é uma questão que é muito complicada. Se a gente fala de linguagem inclusiva, já é outra coisa.”

Ao finalizar, sugere ainda ainda como ficaria a frase ‘eu falei com a mãe dele’, ao se usar o *ile* e o *elu*: “Eu falei com a mãe dile. Eu falei com a mãe delu”.

Leia mais:
www.extraclasse.org.br



PLANEJE SEUS SONHOS.

contribuições flexíveis para você criar o seu futuro.

INGRESSE AGORA
(51) 99335. 2387
www.sinprorsprevidencia.com.br

INSTITUIÇÃO

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

GESTOR DO PLANO

FUNDACÃO **FAMÍLIA**
PREVIDÊNCIA

24º Prêmio Educação entrega premiações

Ao longo de 23 anos, o Prêmio já agraciou 22 profissionais, 25 projetos e 22 instituições, além de menções honrosas em ocasiões especiais. A divulgação dos premiados ocorre no dia 9 de outubro e a entrega dos troféus Pena Libertária aos laureados, no dia 15

por Edimar Blazina

Os professores associados ao Sinpro/RS escolherão, até 9 de outubro, os vencedores da 24ª edição do Prêmio Educação RS. A votação se iniciou no dia 22 de setembro, de forma eletrônica, após a divulgação dos selecionados pela Comissão Julgadora da premiação. Entre os indicados deste ano, a Comissão levou em conta o trabalho realizado durante a pandemia de covid-19, além de critérios como o compromisso com a educação de qualidade, o desenvolvimento da cidadania e o acesso ao conhecimento.

“Ficamos muito felizes com o volume de indicações neste ano. Foram ações em favor da educação de qualidade exercidas durante a pandemia e que merecem nosso destaque”, explica Margot Andras, diretora do Sindicato.

PREMIAÇÃO – A solenidade de entrega do prêmio está prevista para o dia 15 de outubro, em Porto Alegre, na Sede Estadual do Sindicato, de forma híbrida, on-line e com alguns convidados de modo presencial. No último ano, em 2020, a premiação inovou ao homenagear pela primeira vez todos os docentes do ensino privado por seu trabalho no primeiro ano da pandemia. Ao todo, foram mais de 22 mil certificados de premiação emitidos e entregues aos professores.

Criado pelo Sindicato em 1998, o Prêmio já agraciou 22 profissionais, 25 projetos e 22 instituições, além de menções honrosas em ocasiões especiais.

DIA DO PROFESSOR

Eventos presenciais marcarão festividades do mês do professor

Neste ano, o Sinpro/RS volta a realizar os eventos presenciais em comemoração ao Dia do Professor. Ocorrerão encontros em todo o estado, promovidos pelas 13 regionais do Sindicato, seguindo todos os protocolos sanitários exigidos para o momento.

Na capital, no dia 16 de outubro, acontece o Jantar dos Professores, na Sociedade Germânia. A Regional São Leopoldo promoverá, entre os dias 16 e 30 de outubro, quatro atividades em Novo Hamburgo, Taquara, Montenegro e Gramado. Já Santo Ângelo terá um almoço comemorativo, no dia 9. A Regional Rio Grande promoverá um jantar comemorativo, no 18 de outubro, na Galeteria da Nonna. Em Bento Gonçalves, o Sinpro/RS promoverá um piquenique na Pousada dos Capuchinhos, no dia 23 de outubro, como parte das comemorações. Em Erechim, também no dia 23, no res-

taurante Villa Trentin, acontecerá um almoço especial como parte das festividades dos professores da região. Os eventos têm ingressos limitados para associados, valores, número de participantes, benefícios para acompanhantes e variam para cada regional. No último ano, os encontros não ocorreram em função da pandemia de covid-19. Neste ano, com o avanço da vacinação e a liberação de atividades pelos governos estadual e municipal, cada Regional terá uma programação específica para as cidades atendidas.

“Os professores sempre aguardam as comemorações promovidas pelo Sindicato no mês de outubro. No último ano não foi possível, mas, em 2021, retomamos as atividades para celebrar, seguindo todos os protocolos, esta data tão especial que é o Dia do Professor”, afirma Glória Bitencourt, diretora do Sindicato.



Margot Andras (esq) com os laureados na edição de 2019 do Prêmio Educação RS

Saiba mais sobre os finalistas desta edição apontando a câmera do seu celular para o QR code:



PROFISSIONAIS

Thaís Janaína Wenczenovicz – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

Fernando Rosado Spilki – Feevale

Nadja Costa – Instituto Federal Sul-Rio-Grandense

PROJETO

Passaporte Literário – CNEC Frederico Michaelson

Postar ou não? Um guia para compreender e combater a desinformação – Goethe-Institut Porto Alegre

O Rio da Vida: herança, memória e reencontro – EMEM Emilio Meyer

INSTITUIÇÕES

EMEI Ilha da Pintada – Porto Alegre

Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac – Santa Maria

Instituto Superior de Educação Ivoti – Ivoti



Eventos comemorativos ao Dia do Professor voltam a ser presenciais

Novo ensino médio: sindicatos querem assegurar condições de trabalho e remuneração aos professores

O novo ensino médio e as potenciais repercussões nos contratos de trabalho dos professores foram tema de Seminário *on-line* promovido pelo Sinpro/RS, Sinpro/Noroeste e Sinpro Caxias no dia 9 de setembro. Assim como a realização de dois *Sinpro/RS Debate* sobre a questão, o seminário proporcionou aos sindicatos de professores do ensino privado a escuta dos docentes em relação às mudanças com foco nas atividades docentes.

Além de dirimir as principais dúvidas dos professores, as entidades construíram uma pauta de reivindicações para negociação com os sindicatos patronais.

Em documento encaminhado no final de setembro ao sindicato das instituições de ensino privado (Sinepe/RS), o Sinpro/RS e demais entidades alertam para a necessidade de aproveitamento dos professores do quadro docente das instituições em eventuais novos componentes curriculares, previsão de carga horária para os professores com vistas ao planejamento de novo currículo pelos professores, oferecimento de formação continuada para o aprofundamento das novas estratégias de ensino.

CARGA HORÁRIA – Criado por meio de uma Medida Provisória aprovada pelo Congresso Nacional em 2017 e promulgado sem

considerar a realidade educacional do país ou promover o debate prévio com os segmentos da sociedade envolvidos com a educação, o novo ensino médio suscita muitas dúvidas e inseguranças entre estudantes e professores.

A Lei 13.415/2017, que institui a reforma, prevê, entre outras mudanças, a redução de carga horária do currículo obrigatório, o que impacta diretamente a contratualidade dos professores.

As novas diretrizes preconizam uma carga de 3 mil horas/aula, das quais 1,8 mil horas serão destinadas às aprendizagens obrigatórias estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – antes da reforma, eram de 2,4 mil horas de componentes básicos.

As 1,2 mil horas restantes constituirão os itinerários formativos, que são a parte flexível da reforma. A escola pode oferecer pelo menos dois dos cinco itinerários formativos, dos quais quatro são de aprofundamento nas áreas de conhecimento.

“Esse novo desenho curricular precisa estar de acordo com os Referenciais Curriculares do Ensino Médio, que ainda estão em discussão no Conselho Estadual de Educação”, destaca Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS.

ITINERÁRIOS – Para a direto-

Foto: Gabriel Jabur/ Agência Brasília



A lei federal institui cinco áreas de conhecimento que compõem os itinerários formativos

ra, não está havendo prazo hábil para que a escola, professores, alunos e pais se apropriem da nova proposta. “A reforma parte de uma Medida Provisória que virou Lei, sem a participação da comunidade escolar.”

Além disso, as escolas dificilmente terão condições de se adaptar para oferecer todas as opções. “As escolas públicas ou privadas não vão investir nessa quantidade de itinerários. Imagine uma escola estadual que não dispõe de estrutura física mínima, que suspendeu as aulas na pandemia por falta de condições de estabelecer uma interação com os alunos, como vai investir?”, indaga. Mesmo na escola

privada, as possibilidades referidas na Lei não devem se concretizar, acrescenta. “É impossível atender às expectativas de cada estudante.”

A lei federal institui cinco áreas de conhecimento que compõem os itinerários formativos: Linguagens, Tecnologias, Matemática, Ciências da Natureza e suas respectivas tecnologias; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Formação Técnica e Profissional. Os itinerários são, por exemplo, Cidadania e Gênero, Educação Financeira, Empreendedorismo, Expressão Corporal, Expressão Cultural, Profissões, Relações Interpessoais, Saúde, Sustentabilidade e Tecnologia.

PROFESSOR-TUTOR

Denúncia de irregularidades na Uniasselvi resulta em audiência no MPT

No dia 29 de setembro, o Sindicato dos Professores do Ensino Privado (Sinpro/RS) participou, juntamente com a Uniasselvi, de audiência de mediação no Ministério Público do Trabalho (MPT).

A audiência foi presidida pelo procurador Rogério Uzun Fleischmann, que recebeu denúncia do Sindicato, encaminhada em 2020.

No documento, o Sinpro/RS expôs a extrapolação do volume de trabalho extraclasse em virtude da demanda de elaboração de questões para o Banco de Questões, além da exigência da instituição para que docentes façam contato com alunos para a reno-

vação de suas matrículas.

De acordo com o diretor do Sinpro/RS Marcos Fuhr, a elaboração de questões confirma, claramente, a condição docente dos professores-tutores que atuam na instituição e a necessidade de alocação de carga horária específica e consequente remuneração para essa tarefa.

O termo professor-tutor já foi objeto de debate na Justiça do Trabalho entre o Sindicato e a Uniasselvi, resultando no seu reconhecimento por meio acordo coletivo de trabalho.

Na audiência, a assessoria jurídica do Sinpro/RS destacou que os contatos com alunos, fora dos encontros regulares, configuram o

desvirtuamento contratual. “Não constitui tarefa do professor-tutor desenvolver atividade de captação de alunos”, explica o advogado Marcelo Ott.

Como resultado do encontro e da tentativa de mediação pelo MPT, o procurador concedeu prazo

de 45 dias para aferição de mudanças de conduta da instituição no tocante às questões destacadas.

Se os problemas persistirem, o MPT poderá ajuizar Ação Civil Pública e/ou o próprio Sinpro/RS poderá judicializar as denúncias que vêm sendo relatadas.

Foto: Uniasselvi/ Divulgação



AELBRA

Recuperação Judicial: Assembleia de credores suspensa até novembro

A Assembleia de Credores da Recuperação Judicial (RJ) da Associação Educacional Luterana do Brasil (Aelbra), mantenedora da Rede Ulbra de Educação, reinstalada no dia 22 de setembro, aprovou, por 94,13% dos votos, uma nova suspensão dos trabalhos com o objetivo de viabilizar uma avaliação atualizada dos bens imóveis da Aelbra e ajustes no Plano de Recuperação Judicial (PRJ) aos interesses dos credores. Conforme a deliberação, a Assembleia será retomada às 14h do dia 25 de novembro.

O Sinpro/RS, que integra a Comissão de Credores, votou a favor da suspensão. "O Sindicato mantém tratativas junto à Aelbra e à

consultoria especializada (FTI) contratada para fazer o acompanhamento do fluxo de caixa e encaminhamentos com vistas à definição de um PRJ que possa ser aprovado pela Assembleia de Credores", explicou Marcos Fuhr, diretor do Sinpro/RS. Os trabalhos já haviam sido suspensos em julho para a contratação da consultoria externa encarregada de controlar e supervisionar o fluxo de caixa e a elaboração do PRJ.

Com um passivo trabalhista de mais de R\$ 716 milhões e dívidas tributárias (entre outras) de cerca de R\$ 5,8 bilhões, a Aelbra ingressou com um pedido de Recuperação Judicial na 4ª Vara Cível de



Foto: Ulbra/Divulgação

Canoas (RS) em maio de 2019. O pedido foi negado em primeira instância. A Aelbra recorreu ao

Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) e obteve o deferimento da RJ em dezembro.

APOSENTADORIA

por Daisson Portanova

Advogado da Apaepers



Idade mínima pós-Reforma e o direito adquirido

Tratamos genericamente das aposentadorias de professores, as quais, a contar da Emenda relativa à reforma previdenciária, fixaram-se, como requisitos mínimos, também a idade mínima para o professor – 60 anos – e para a professora – 57 anos –, claro que com os demais requisitos do tempo mínimo e atividade de magistério.

Já abordamos a questão da prova desta atividade de magistério, somada à discussão da soma dos salários quando há mais de um vínculo laboral, ainda em debate nos tribunais superiores.

Entretanto, estamos nos deparando com várias situações em que os professores já implementaram o tempo mínimo para se aposentar antes da referida reforma promovida, assim como várias degradações sociais, em face dos benefícios, proteção do trabalho e direitos forjados na luta entre o trabalho e o capital.

O motivo que nos traz esta discussão é que, na maioria das vezes, só nos preocupamos com a aposentadoria na sua véspera ou quando, efetivamente, pensamos em nos afastar das atividades laborais.

Nossa vida acelerada e oprimida pelo trabalho nos aliena aos poucos e nos faz esquecer de um instituto que resiste a tantas reformas: o do direito adquirido.

Sim, é sempre bom destacar que os trabalhadores em geral, es-

pecialmente os professores, que no curso de sua vida laboral tiveram implementados os requisitos para se aposentarem antes da reforma, podem e devem verificar se possuem direito antes da referida emenda.

Aliás, esta garantia nos exige pensar, também, em uma outra situação concreta e muito corrente: a de que este direito adquirido pode nos apresentar uma resposta em relação ao benefício de forma mais vantajosa.

No caso concreto, elementos da concessão como a incidência ou não de fator previdenciário, a média do cálculo que, com a reforma, utiliza 100% dos salários, e antes com base no direito adquirido, utilizaria 80% dos maiores salários, podem ser significativos para gerar uma renda mensal melhor.

Esse alerta serve para todos os ramos e atividades, eis que todos foram submetidos a restrições como idade, nova base de cálculo, percentuais que se iniciam em 60%, acrescentando 2% por ano acima da carência exigida.

Mais que nunca, o trabalhador deve verificar a sua vida previdenciária, preparando seus passos para o pedido da aposentadoria, mas sempre com olhos no passado, pois a cada reforma que passa, são subtraídos direitos que podem estar protegidos.



SINPRO/RS
Cartão do associado

0000100 10.2022
Matrícula validade

SINPRO VANTAGEM
Rede de descontos

Só quem é sócio tem um cartão que você usa, precisa e economiza.

Baixe o App do Sinpro/RS ou confira no site sinprors.org.br/vantagem a relação completa de descontos nas empresas parceiras.



SINPRO/RS
Você usa, você precisa
SINDICALIZE-SE!

Pesquisa avaliará mudanças no trabalho e na saúde mental dos professores na pandemia



Foto: Pixels

O Sinpro/RS está apoiando a realização da pesquisa *As transformações provocadas pela pandemia do novo coronavírus no trabalho e na saúde mental dos docentes*, coordenada pelas professoras Carmem Regina Giongo (Feevale/UFRGS), Karine Vanessa Perez (UQAM/Unisc) e Ma. Ariana Celis Alcântara (PUC/SP) e pelos professores Bruno Chapadeiro (Umesp), Paulo Wunsch e Gregório Grisa (IFRS/BG).

O estudo, que ouvirá professores de todas as redes de ensino no país, tem como objetivo compreender as transformações provocadas pela pandemia do novo coronavírus no trabalho e na saúde mental dos docentes.

O link com o formulário da pesquisa será enviado pelo Sinpro/RS por e-mail aos professores associados. A coleta será realizada de 1º a 31 de outubro deste ano, e o resultado será divulgado no início do ano letivo de 2022.

“A participação dos professores do ensino privado do Rio Grande do Sul nesta pesquisa contribuirá muito para que possamos ter uma melhor compreensão sobre o impacto da pandemia no trabalho e na saúde dos professores de todos os níveis de ensino”, explica a professora Carmem Giongo. O tempo médio necessário para a resposta de todo o formulário é de 10 minutos.

“O Núcleo de Estudos da Saúde dos Professores (Nesp), do Sinpro/RS, acompanhará o cronograma da pesquisa junto aos pesquisadores para, após os resultados, pensar estratégias que vão ao encontro das necessidades apresentadas”, observa Sani Cardon, diretor do Sinpro/RS.

PROFESSORES SOLIDÁRIOS

Sinpro/RS reforça campanha

O Sindicato dos Professores reforça o pedido de doações para o projeto Professores Solidários, em função da queda de arrecadações nos últimos meses. Criado pelo Sinpro/RS em março de 2020 para atender a professores, instituições, comunidades carentes atingidos pelos efeitos econômicos da pandemia, o projeto já entregou mais de 6,5 toneladas de alimentos e 650 cestas básicas em todo o estado.

Inicialmente idealizado para o período mais grave da pandemia, o Professores Solidários precisou ser estendido devido ao aumento dos pedidos de auxílio. “Mesmo com a vacinação e a retomada das atividades, muitas famílias ainda necessitam de doações de alimentos. Com a contribuição dos professores, conseguimos ajudar muitas destas pessoas. Contudo, a demanda ainda é grande”, explica Patrícia Carvalho, diretora do Sinpro/RS.

COMO DOAR – As doações podem ser feitas por transferência bancária via PIX (chave 51.997337.506) ou TED direto da conta exclusiva da campanha (Banrisul | Banco 041 | Agência: 0100 | Conta corrente: 06.253.0242-2 | CNPJ Sinpro/RS: 92.948.389/0001-10).

Leia também matéria na página 12.

SAÚDE EM 7 MIL PASSOS POR DIA

Em plena moda da corrida de rua, eis que a ciência aposta na simples e democrática caminhada para se ter “uma saúde de ferro”.

ESTUDOS INDICAM QUE...

Indivíduos que andam em torno de 7 mil passos diariamente têm de 50% a 70% menos risco de mortalidade.

Este é o resultado de um trabalho conduzido por pesquisadores da Universidade de Massachusetts, nos Estados Unidos, e publicado na prestigiosa revista científica *Jama Network*.

VAMOS SER OBJETIVOS?

Primeiro, não se trata de vestir um uniforme e sair a mil por aí. O ritmo da caminhada deve gerar um aumento da frequência cardíaca, mas com o qual possamos conversar com alguém.

Para facilitar, 7 mil passos são o mesmo que percorrer de 4km a 5km, claro, a depender da altura da pessoa.

Mas, apesar da distância parecer longa, vale ressaltar que passos dados dentro de casa e em pequenos deslocamentos também são contabilizados.

ALGUMAS DICAS:

- Baixe um app pedômetro (gratuito) no seu celular e se empodere com cada passo computado.
- Aproveite cada oportunidade de se locomover, caminhando.
- Cuide de seus pés e coluna: leve seu sapato na bolsa e se locomova com um tênis apropriado para caminhar. Ao chegar no destino, se necessário for, troque seu calçado e pronto.
- Mantenha-se hidratado: água é o melhor.
- Evite locais isolados e se for em dupla, mais divertido e mais seguro.
- Mantenha a regularidade diária. Isto fará toda a diferença.
- Avalie sua condição de saúde antes de iniciar qualquer atividade física.



Aulas on-line

Em parceria com a Unimed Porto Alegre, oportunizamos uma grade semanal de atividades físicas on-line, totalmente gratuita. Acesse e se inscreva: www.unimedpoa.com.br/blogviverbem/agenda

MOVE – Grupo de Corrida e Caminhada (em POA)
www.sinprors.org.br/saude/grupo-de-caminhada-e-corrida/

Tem mais!!!

A Plataforma SOMOS MOVE – uma plataforma digital de videoaulas de muitas atividades físicas e treinos, receitas e planos alimentares e muito mais. Tudo isso no seu celular ou desktop!

É livre e gratuita para os associados e dependentes do Sinpro/RS. Acesse e faça seu cadastro.

www.sinprors.org.br/saude/saude-do-professor/

SINPRO/RS ajuda você a construir uma rotina de vida mais saudável e positiva.



somos

move



Liberdade, degradação e democracia

“Trata-se de manipulação mesquinha da noção de liberdade em que não há obrigações coletivas ou considerações pelos direitos dos demais. Assim, por exemplo, os extremistas presumem que exista o ‘direito’ de não usar máscaras na pandemia, ainda que essa seja uma conduta capaz de negar efetivamente o direito à saúde ou mesmo à vida dos demais”

Foto: Reprodução/Twitter

Dono da bandeira ucraniana, associada à extrema-direita, nas manifestações bolsonaristas é um especialista em segurança brasileiro que treina organizações paramilitares na Ucrânia, desde 2014



As autoridades alemãs têm mantido sob vigilância um grupo de negacionistas anti-vacina conhecido como *Querdenken* (“Pensamento Lateral”), para quem Bolsonaro concedeu a entrevista apavorante no dia 8 de setembro, em que afirmou, entre outras mentiras, que a maioria dos mortos por covid tinha comorbidades e que, por isso, a doença “apenas abreviou a vida de pessoas em alguns dias ou semanas” e que as mortes por covid estariam superdimensionadas no Brasil, porque os hospitais fraudaram internações nas UTIs para aumentar o faturamento.

O *Querdenken* mantém relações com grupos neonazistas, como o *Reichsbürger* (“Cidadãos do Reich”) e *Selbstverwalter* (“Autogoverno”), que negam a legitimidade do Estado alemão e defendem posições antissemitas, xenófobas e revisionistas da história. Tribunais alemães têm proibido manifestações dos negacionistas da pandemia em atenção aos protocolos sanitários, mas tais decisões têm sido descumpridas, gerando conflitos e detenções. Situações do tipo já ocorreram na Inglaterra, Áustria, Romênia, Finlândia, Holanda, Sérvia e em outros países. Em todos os atos, o discurso é o mesmo: os manifestantes reivindicam a “liberdade”.

Trata-se de manipulação mesquinha da noção de liberdade em que não há obrigações coletivas ou considerações pelos direitos dos demais. Assim, por exemplo, os extremistas presumem que exista o “direito” de não usar máscaras na pandemia, ainda que essa seja uma conduta capaz de negar efetivamente o direito à saúde ou mesmo à vida dos demais. Atualmente, 125 países

exigem comprovação de vacinação contra a febre amarela, de forma que, sem o certificado de vacinação, não se pode visitá-los. Alguém poderia apresentar um só motivo para se invocar a “liberdade” de entrar nesses países sem a vacina? A exigência de vacinação contra a covid, ainda com muito mais motivo, é medida básica de prevenção a ser adotada não apenas quanto aos viajantes, mas, internamente em cada país, para os serviços em que pessoas se reúnam, de restaurantes a jogos de futebol. Para o mortífero senhor que ocupa a cadeira presidencial, entretanto, o passaporte vacinal não deve existir, porque “viola a liberdade”.

Alguém que ofende uma pessoa com epítetos racistas deve responder pelo crime de injúria racial. Quem postar um vídeo portando armas de fogo, chamando o embaixador chinês de “macaco” e ensinando o público a matar autoridades deve ser preso, porque a liberdade de expressão não existe para assegurar a prática de crimes. A liberdade é um valor fundamental, protegido por nossa Constituição, e não apenas como liberdade de expressão, mas também de crença, associação, manifestação, etc, porém a liberdade de opinião veda o anonimato e não há liberdade para atacar a ordem democrática, para a ofensa e a ameaça, assim como não há direito à associação de caráter paramilitar, direito à mineração em terras indígenas ou liberdade de solicitar golpe de Estado.

A ordem democrática precisa ser protegida dos seus inimigos, coisa que, no Brasil, nunca foi devidamente destacado, mas é preciso perceber que chegamos onde chegamos por conta de um persistente proces-

so de degradação da política. Esse processo, assinala-se, é uma verdadeira obra coletiva amparada pelo cinismo histórico. A corrupção, por exemplo, que brota em cada canto da vida nacional, não é uma invenção da imprensa, nem diz respeito a um plano malévolo da CIA para “criminalizar a política”. O fato é que, apesar de termos ainda um grupo de parlamentares dedicados, homens e mulheres de diferentes partidos que atuam com dignidade e altivez, a política brasileira virou um santuário para atuação de representantes de quadrilhas de desmatadores, de grileiros e mineiradores; para a representação de organizações criminosas especializadas na lavagem de dinheiro; para a promoção de valores milicianos que protegem assassinos e torturadores; para o agenciamento de fornecedores que superfaturam serviços ao Poder Público e para a atuação de espertinhos de todos os matizes político-ideológicos em busca de enriquecimento. Ao lado dessa pauta delituosa, boa parte da agenda política brasileira é dedicada ao desmonte dos mecanismos de controle e investigação e à promoção dos interesses dos grandes grupos econômicos que exercem sobre o Congresso Nacional um lobby alicerçado no sistemático aluguel de mandatos, prática que, aliás, começou muito antes do “mensalão”.

É fato que a qualidade da representação política brasileira tem decaído a cada nova eleição, o que se percebe de maneira uniforme em quase todos os partidos. A carência de lideranças políticas efetivas, capazes de pensar os grandes desafios do Brasil, é uma tragédia construída meticulosamente ao longo

de décadas pelos mecanismos tradicionais da clientela, da corrupção e da demagogia, alimentados pelo pragmatismo de gregos e troianos. No Parlamento, o processo de degradação está bem representado em dois fenômenos articulados: o fortalecimento desse monumento à desfaçatez chamado “Centrão” e o surgimento de bancadas neofascistas em todo o país. O problema, entretanto, é mais grave como se pode ver, por exemplo, quando, de costas para a radicalidade da crise brasileira e das ameaças à democracia, esquerda e direita se somam na defesa de interesses corporativos e na blindagem contra as investigações, o que ficou patente na aprovação dos R\$ 5,7 bilhões de financiamento para as campanhas eleitorais e na recondução do Procurador-Geral da República, para lembrar apenas dois episódios recentes.

Esse mesmo processo compromete a qualidade dos tribunais superiores, cujas vagas tendem a ser, cada vez mais, ocupadas por indicações de conveniência político-eleitoral, com o que o Poder Judiciário, há anos já engolfado por uma crise de legitimidade, passa a ser ameaçado.

Por isso, é urgente pautar a qualificação e a reforma das instituições democráticas, porque instituições frágeis, coniventes com o arbítrio ou deslegitimadas socialmente por conta de suas decisões e/ou privilégios não são capazes de enfrentar movimentos com vocação totalitária e tendem a sucumbir espetacularmente diante deles. Não enfrentaremos esses desafios com mitos, com discursos ideológicos ou com cálculos eleitorais. Quem for por aí seguirá refém de pesadelos e embustes.

Arte+



Máscara no rosto e livro nas mãos

por Lelei Teixeira

O desafio de fazer a Feira do Livro de Porto Alegre, um dos eventos mais esperados da capital, é gigantesco. Além da montagem da estrutura na Praça da Alfândega para editores, livreiros, patrocinadores, apoiadores, parceiros e escritores, fechar a programação, definir autógrafos e escolher o patrono, é fundamental uma equipe afinada para trabalhar. A adrenalina é total na hora de colocar o livro em cena no espaço onde a Feira acontece desde 1955.

Em 2020, com a pandemia, o desafio foi imenso, lembra Isatir Bottin Filho, presidente da Câmara Rio-grandense do Livro/CRL, entidade que organiza o evento: "Jamais pensamos em não fazer a Feira e optamos pelo formato online, desbravando um terreno que não dominávamos. Em 2021, com a vacinação em andamento, o horizonte é mais sereno, mas ainda desafiador". As equipes já se movimentam para a 67ª edição, que será híbrida, com o slogan "Para ler um novo mundo". Todos os pro-

tolos de prevenção à covid-19 serão cumpridos. De 29 de outubro a 15 de novembro, entre 10h e 19h30min, barracas de 56 expositores (60% em relação a 2019), área infantil e juvenil, encontros, sessões de autógrafos reduzidas e espaçadas voltam à Praça para o reencontro com os leitores.

O escritor Fabrício Carpinejar, escolhido para patrono desta edição, comemorou ao lado de Jefferson Tenório, patrono de 2020. "A festa será coletiva e de renascimento. Vamos colar as partes quebradas dentro de nós e reencontrar a alegria da convivência. Vamos sorrir pelos olhos, ainda de máscara, famintos de cultura", projeta Fabrício.

A programação online será produzida em estúdio montado no prédio do Memorial do RS, com transmissão pela plataforma digital da Feira (site www.feiradolivropoa.com.br e www.youtube.com/user/feiradolivro), que abrigará as lojas virtuais dos expositores. Ao todo, serão 36 lives, às 18h e às 19h30min. O Espaço



Foto: Igor Sperotto

Projeto da Câmara do Livro incentiva novos leitores

Cultural dos Correios vai sediar a administração da Feira e as sessões de autógrafos coletivos. "Faremos a Feira possível. Diante das dificuldades que a arte e a cultura enfrentam no país, a realização de um evento que facilita o acesso ao livro, com preços acessíveis, ganha um significado ainda maior", afirma Isatir, lembrando que o Banrisul/Vero é o patrocinador máster da Feira, uma das maiores a céu aberto da América Latina e patrimônio do estado.

Na área Infantil e Juvenil, um

dos destaques é a Floresta Encantada para a primeira infância, patrocinada pela Petrobras. E terá também contação de histórias, teatro de bonecos, intervenções poéticas, com animadores caracterizados como fadas, gnomos e outros seres da floresta, conta Sônia Zanchetta, coordenadora dessa área. Os autógrafos para as escolas serão entre 10h e 13h, e o agendamento para a programação da primeira infância pode ser feito pelo e-mail visitaescolar@camaradolivro.com.br.

Feira do Livro será híbrida

Lu Thomé, curadora da programação oficial, definiu 2020 como o ano da resiliência, pontuando que é preciso resgatar a missão da Câmara Rio-grandense do Livro como motor de circulação do livro. "A expectativa e a esperança são grandes. Vamos retomar o convívio mesclando nomes interessantes da literatu-

ra local, nacional e internacional em uma Feira propositiva, com lançamentos, vendas e encontros estimulantes." O online possibilitou a ampliação da Feira, que neste ano busca temas relevantes, leves e novas leituras para entender o mundo. "Falaremos do luto porque é o que vivenciamos, mas falaremos especialmente de

felicidade, amizade, luz no horizonte, construção de caminhos diversos, sem esquecer o conhecimento adquirido nesta longa e consagrada trajetória", diz Lu. A dinâmica é máscara no rosto e livro nas mãos.

Difundir o livro, reafirmar a importância da leitura e expandir o diálogo com camadas impor-

tantes da população sempre estiveram entre os objetivos da CRL. Neste ano, não será diferente. "Quando abrimos espaço para a nossa diversa produção editorial, através da exposição, do debate, da divulgação e da venda do livro, com ações para crianças, jovens e adultos, reafirmamos nossa identidade", sintetiza Isatir.



Foto: Igor Sperotto

Biblioteca Comunitária Sol e Lua em Cachoeirinha



Foto: Joel Vargas/PMPA

A última Feira do Livro com presença de público ocorreu em 2019

Paixão pela difusão do livro e da leitura

A jornalista Sônia Zanchetta integra a Comissão Executiva da Feira do Livro de Porto Alegre desde 1997. Quando voltou ao Brasil depois de 17 anos no Equador, seu desejo era trabalhar como produtora cultural com foco na leitura. "Tem tudo a ver com minha vocação. Ler é um potente instrumento para nossa emancipação", declara. Esta será a 25ª edição da Feira de que participa.

Foram muitas mudanças e conquistas positivas para o universo infantojuvenil. A construção de uma programação voltada para livros, leitura e literatura e o ciclo O Autor no Palco, que Sônia e a professora Nôia Kern criaram, são pontos altos do evento. Na sequência, vieram: QG dos Pitocos e a Bebeteca, focados na primeira infância; Casa do Pensamento para o público adolescente; Ateliê da Imagem e uma relação forte com editores, distribuidores, escritores, ilustradores, professores, bibliotecários e parcerias que contribuíram para qualificar a Área Infantil e Juvenil e para a visitação escolar organizada e produtiva, referência para outros municípios.

Sônia ressalta a criação do Núcleo de Formação de Mediadores de Leitura da Câmara Rio-grandense do Livro, que assumiu a curadoria da programação dos autores para a área, em parceria com as secretarias de Educação, com atividades prévias e durante a Feira. O Núcleo é responsável pela construção de um acervo de referência em literatura infantil e juvenil, com oito mil livros dispo-

níveis para consultas na sede da CRL e na Biblioteca Moacyr Scliar, que vai para a Praça, com acesso livre para o público.

Apaixonada pelo que faz, Sônia criou a Biblioteca Comunitária Sol e Lua em Cachoeirinha, onde mora. Começou com livros da sua biblioteca colocados na garagem da casa, que chamaram atenção dos vizinhos. Passou a emprestar, trocar, doar, até batizar o movimento de Quitanda da Leitura. Dali foi para o parque da cidade e nasceu o Piquenique da Leitura. Cada pessoa pegava o livro que interessava. A iniciativa passou a realizar-se aos domingos durante quatro anos seguidos, o que inspirou outros tantos piqueniques de leitura no RS e em outros estados.

Inquieta e atenta, Sônia assumiu em 2013, em parceria com a estudante de Pedagogia Cristiane Teixeira, a biblioteca de uma associação de moradores fechada há anos. E nasceu o Ponto de Leitura Sol e Lua, que passou a chamar-se Biblioteca Comunitária Sol e Lua. Em 2014, a Quitanda da Leitura foi premiada no Concurso Mais Cultura/Pontos de Leitura, do Ministério da Cultura, e os recursos foram investidos na criação da Jovemteca, sala especial para adolescentes.

Em julho de 2017, nasceu, em uma parada de ônibus da principal avenida de Cachoeirinha, a Parada da Leitura, abastecida com dezenas de livros. Em julho de 2020, foi fundado o Instituto Cultural e Social Ágora, entidade mantenedora da Biblioteca Comunitária, e Sônia assumiu a

presidência. Administra, ainda, os projetos de leitura e a Semana da Poesia, que em novembro chega à 9ª edição, além de criar outros projetos em benefício da comunidade e de três bairros de alta vulnerabilidade social.

Criou, também, mais três projetos de leitura: Magrela dos Livros – Bicicleta-biblioteca que distribui livros entre alunos de escolas próximas; Nossa Comunidade Lê Poesia

e Poesia na Ponta da Língua, em parceria com a Escola Municipal Maria Fausta Teixeira, e o Projeto Semente, com livros doados pela família do escritor Walmor Santos, que morreu neste ano, envolvendo escolas de Cachoeirinha e de dez municípios gaúchos. As atividades são estimulantes e a equipe que trabalha está sempre em busca de apoio, doações e novas parcerias, acrescenta Sônia, entusiasmada.



Sônia Zanchetta e a magrela dos Livros – bicicleta-biblioteca que distribui livros entre alunos de escolas próximas

Planos para a sua saúde? O Sinpro/RS tem.



Faça a simulação e confira o quanto você pode economizar

Professoras e professores associados ao Sinpro/RS podem contar com os melhores planos de saúde médico e odontológico.

sinprosaúde



FRAGA

Imemorável

“Foi um rio que passou em minha vida (...)” (Paulinho da Viola, inesquecível)

A essa altura do campeonato chamado longevidade, levando goleada dos fatos diários ao competir para serem lembrados, ora me banho no rio Lete, ora no rio Mnemósine. São rios imaginários, com nascente e foz no Hades grego, e cursos mitológicos opostos: se você bebesse ou tocasse as águas de um, esqueceria tudo; se do outro, recordaria tudo.

Na estiagem atual, em que açudes e barragens nem lembram mais da água, mergulho em memórias fugidias. O geriatra que ainda não tenho explicaria por que transbordo de esquecimento. Não esclareceria, porém, por que isso é algo mais extenso e caudaloso que a soma do Nilo e o Amazonas. É muita vazão na minha razão.

Em meio à tanta fluidez e imprecisão mental, lembro que, guri, eu lembrava de cor e salteado dos afluentes de sei lá quantos grandes rios brasileiros. Hoje, misturo Jari e Jacuí na mesma bacia. Se dependesse da minha desmemória, a hidrografia nacional transbordaria de equívocos.

Recordo que a neurologia separa a memória em duas vertentes, a de curto prazo e a de longo prazo. No meu caso, ambas já desaguam no mesmo riachinho, que por sua vez tende ao córrego, e daí ao leito seco é questão de tempo.

Pra não me afogar nas vagas lembranças, me agarro à memória seletiva. Que, sabem os leitores, é quando a mente seleciona com o que se ocupar ou se despreocupar. Nomes na CPI da Covid, por ex, não retenho mais. Um pouco pela quantidade de delinquentes, outro tanto pela desqualificação moral que iguala quase todos por lá. Até pra gente lembrar da Seleção, a memória seletiva ajuda.

Já a memória olfativa também anda atrapalhada: antes, era um buquê de possibilidades evocativas. Agora, quando perfumes e produtos de limpeza se confundem, o impossível acontece: nucas e ralos podem exalar semelhanças odoríferas.

Memória para dados, para mim, é a que tem o profissional de informática que costuma frequentar cassinos.

Quanto à memória fotográfica, vez em quando recordo do prazer que era remexer antigas fotos impressas, em papéis acartonados e cantoneiras. Dava gosto manusear. Do jorro de selfies ao turbilhão dos arquivos digitais, uma inundação de mesmice visual. Sem falar na crise de identidade a cada vez que nos falha a memória fisionômica e aumenta a densidade de vultos irreconhecíveis ao redor.

Puizé, minha memória já foi espetacular, eu não misqueia de nenhum espetáculo. Agora é singular: a maioria dos plurais que eu sabia foram pro limbo.

Mas não pensem que vivo num eterno olvido liquefeito. “Ditadura e Tortura Nunca Mais” continua indelével. E da fórmula da água eu recordo perfeitamente: é agá dois uau!



Ilustração: Sica



PROGRAMAÇÃO
ECARTA

A agenda completa
em ecarta.org.br
e 51. 4009.2971

Fundação Ecarta (Av. João Pessoa, 943, Porto Alegre)
e canal da Fundação Ecarta no Youtube.

SHOWS HÍBRIDOS

Presencial e virtual | 18h

Foto: Silas Lima



9/10 – Valéria Barcellos
apresenta **Resistir,**
reexistir

23/10 –
Nei Lisboa Solo



Foto: André Fettes

ARTES VISUAIS

Porto Alegre | Entrada franca

Até 3/10 – Visitação à mostra **Coloque-se no meu lugar**, das artistas Ana Flávia Baldisserotto, Daniel Caballero, Maria Helena Bernardes e Newton Nascimento dos Santos, com curadoria de Diego Hasse.

1º/10, 19h – Live **Coloque-se no meu lugar**, com os artistas da mostra, ao vivo pelas redes sociais da Fundação Ecarta.

16/10 – Inauguração da mostra **O Romance Morreu**, da artista Ana Júlia Vilela, com curadoria de Chico Soll.

Visitação: Até 14/11, de terça a domingo, das 10h às 18h.

Foto: Divulgação



Ana Júlia Vilela

CULTURA DOADORA

1º/10, 19h – Painel virtual *Como é a vida de pessoas transplantadas*, com Monique Perosa, transplantada de coração, e Claudia Picolotto, transplantada hepática intervivos.

CONVERSA DE PROFESSOR

21/10, 19h – Painel virtual *Ser leitor para mediar a leitura de literatura infantil?*, com a professora Marília Nunes, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs). Inscrições gratuitas no site da Ecarta.



VERISSIMO

Roquenrol

O rhythm and blues negro continuou a existir e gerou muitas das formas que o roquenrol tem hoje. Mas foi o roque branco nascido há 60 anos da encampação da música popular negra que tomou conta do mundo e o domina até hoje

O aniversário do Sgt. Pepper's, dos Beatles, me pôs a pensar no meu currículo roqueiro. Posso dizer que conheço o roquenrol desde antes de ele nascer, ou pelo menos antes de se chamar assim. Morávamos em Washington e eu ia muito a concertos de rhythm and blues, onde geralmente era o único branco na plateia, e lembro quando as primeiras músicas de R&B começaram a pular a barreira racial e ser tocadas em programas de rádio para brancos. Em seguida, começaram a aparecer grupos brancos tocando mais ou menos a mesma música com o nome novo. A expressão "rock and roll", com sua conotação sexual, também vinha da cultura negra, mas foram os grupos brancos que a capitalizaram. Como Bill Halley e seus Cometas, que fizeram a trilha sonora do filme *Blackboard Jungle*, que levou jovens à loucura e provocou quebra-quebras em muitos cinemas do mundo, e gravaram o *Rock Around the Clock*, espécie de hino inaugural do movimento.

A base do roquenrol era a progressão harmônica do blues, e uma das suas raízes estava no "blues" branco, misturado com música caipira do sul dos Estados Unidos, de onde saíram Jerry Lee Lewis e Elvis Presley. O rhythm and blues negro continuou a existir e gerou muitas das formas que o roquenrol tem hoje. Mas foi o roque branco nascido há 60 anos da encampação da música popular negra que tomou conta

do mundo e o domina até hoje. Ajudou o fato de que, junto com o roque, começava a existir o jovem como consumidor diferenciado, e não só de música. Um mercado que também domina o mundo até hoje.

*

Acompanhei o roquenrol até os Beatles se separarem. Lembro que os Beatles e os Rolling Stones representavam correntes adversárias dentro do universo do roque. Os dois grupos vinham da mesma origem proletária, mas os Beatles tinham se sofisticado e, com o Sgt. Pepper's, enveredado para uma coisa mais intelectualizada, enquanto os Stones se mantinham fiéis ao backbeat básico e à pura energia hormonal, a mesma que atrai os jovens até hoje, embora eles já pareçam as suas próprias múmias.

*

Quando os Beatles acabaram, me desliguei. Fui ouvir meu jazz, minha bossa e meus barocos, e só tenho prestado atenção quando o roque se transforma em fenômeno psicossocial e a atenção é inescapável – como no caso das apresentações dos Stones. Uma ocasião para refletir sobre esses 60 anos e a durabilidade daquele ato de apropriação, quando os blues ficaram brancos. Sem falar, claro, na eternidade do Mick Jagger.

Crônica publicada originalmente em junho de 2017.



RATO FALHO / RAFAEL CORRÊA



RANGO / EDGAR VASQUES



Somos uma **cooperativa de crédito completa** e cooperamos para sermos a opção financeira para **você realizar sonhos** de forma sólida e segura.



51 **3225.8539** | 51 **9 9787.5485** ☎

Trav. Francisco Leonardo Truda, 76
Centro Histórico | Porto Alegre (RS)
portoalegre@cresolsicoper.com.br



CRESOL

Acompanhe a Cresol nas redes sociais



CRESOL Gerações



<https://www.cresolsicoper.com.br/metropolitana>